

“Quem toma a terra de produtor no Brasil hoje são os bancos”

Joédson Alver - ABR



“Desonerar armas é um equívoco”, afirma Alckmin

O vice-presidente da República Geraldo Alckmin (PSB) se manifestou contrário à proposta de tirar armas do Imposto Seletivo (IS), também chamado de “imposto do pecado”, da reforma tributária. “Acho que é um equívoco. Você tem que desonerar comida. É muito melhor desonerar comida. Está mais do que provado que quanto mais arma tem, mais homicídio tem”, disse Alckmin. **Pág. 3**



“Não são trabalhadores sem terra”, completou, ao lançar o Plano Safra

O presidente Lula afirmou durante o lançamento do Plano Safra 2024/2025 para a agricultura familiar, no Planalto, que o governo vai estimular a produção e vai garantir preços aos produtores. Dirigindo-se aos produtores,

Lula ponderou que atualmente quem está tomando terra dos agricultores são os bancos. “Quem toma terra hoje no Brasil são os bancos e não o MST, não é o João Pedro Stédile”, disse Lula, em mais uma referência aos juros altos e à dificuldade de crédito que está existindo no país. **Pág. 3**

Nilson: “Problema não é fiscal e sim o juro alto praticado pelo BC”



Franceses comemoraram na Place de la République a vitória da Frente Popular contra a extrema direita

Levante republicano barra extrema direita na França

Em um verdadeiro “levante republicano” na França contra a ameaça de ascensão da extrema-direita, a Nova Frente Popular – uma coalizão de progressistas, comunistas, socialistas e ecologistas – venceu

o segundo turno das eleições legislativas, conquistando 182 cadeiras na Assembleia Nacional de 577 cadeiras, enquanto o partido de Marine Le Pen, Reunião Nacional, numa reviravolta, caiu para terceiro, com

143, e o macronismo, agrupado no Juntos, ficou com 168. Com 67% de comparecimento, foi a maior participação desde 1997. Uma multidão festejou na Place de la République, em Paris, junto ao monumento a

Marianne, símbolo da revolução francesa e da república, a derrota do fascismo, do ódio e do neoliberalismo, cantando “liberdade, igualdade e fraternidade” e “Frente Popular, Frente Popular”. **Página 7**

“Cortar despesa pública real num momento em que a economia precisa crescer de forma acelerada e sustentada para melhorar substancialmente a vida das pessoas, em lugar de migalhas, é não apenas conspirar contra o desenvolvimento, mas contra a própria Democracia”, destacou o economista e professor Nilson Araújo de Souza, em entrevista ao HP. Para Nilson, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, “está indo longe demais na implementação do engessamento fiscal que ele embutiu em sua proposta de Arcabouço Fiscal”. **Pág. 2**

Neoliberalismo afundou com a Inglaterra, avalia Gleisi Hoffmann

“Os serviços públicos de saúde e educação pioraram muito nesse período, o acesso à moradia, o nível de renda, o emprego e o crédito despençaram”, afirmou a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, ao festejar a vitória dos trabalhistas ingleses e a derrota do Partido Conservador. **Página 3**

Adilson: unidade de empresários e trabalhadores amplia repúdio a juros absurdos

Em entrevista para o HP, Adilson Araújo, presidente da CTB, fundamentou a proposta de unidade entre os trabalhadores e empresários da indústria, aclamada no Seminário Nacional em Defesa da Reindustrialização do Brasil, realizado no dia 11 de junho, sob seu patrocínio. “Chegou a hora de ampliar o coro contra as taxas de juros absurdas”, afirmou. **Pág. 5**

PF: Bolsonaro é indiciado no roubo das joias

A Polícia Federal indiciou Jair Bolsonaro (PL) na quinta-feira (4), no inquérito que investigou o desvio e entrada ilegal no país de joias árabes. O então presidente e ex-assessores se apropriaram indevidamente de joias milionárias dadas como presente oficial ao país. Ele desviou joias e presentes oficiais recebidos no exercício do mandato. Investigações da PF mostram que parte das joias foi transformada em muamba e vendidas nos EUA em junho de 2022. **P. 3**

EUA pressiona Brasil a vender Avibrás a grupo da Austrália

A crise da principal fabricante no Brasil de sistemas pesados de defesa, a Avibrás Aeroespacial, segue sem solução. Apesar do governo ter dado alguns sinais de que poderia intervir para impedir o fechamento ou a desnacionalização da empresa, as discussões para a sua venda para a australiana DefendTex prosseguem, segundo comunicado da Avibrás. Diante do anúncio de que uma empresa estatal chinesa, a Norinco, poderia aportar capital e adquirir 49% das ações da Avibrás, o governo dos EUA reagiu com ameaças de sanções contra a empresa brasileira. **Página 2**

E segue a farra do financismo

“O Presidente Lula tem feito críticas ao comando do Banco Central e tem buscado negar que seu governo vá aprofundar ainda mais o garrote da austeridade. No entanto, faltam medidas concretas para promover uma reversão na orientação da política econômica”

PAULO KLIASS*

A conduta pública do Presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, tem sido um dos principais fatores de desarranjo da ordem econômica e financeira nos tempos atuais. Nomeado para o cargo ainda no governo do inominável, por meio da indicação de Paulo Guedes, o jovem quadro do financismo foi aquinhado ainda durante sua gestão à frente do órgão regulador e fiscalizador do sistema financeiro com a independência da entidade. Assim, depois da aprovação da Lei Complementar n. 179 de 2021, os diretores em função passaram a ter um mandato fixo de 4 anos. Em razão de tal golpe político-institucional, Lula teve de começar seu terceiro mandato à frente do Palácio do Planalto com 9 bolsoneiros na direção da entidade responsável pela fixação da política monetária e pela determinação do patamar da taxa referencial de juros, a SELIC.

Apesar do discurso demagógico e oportunista quanto à necessidade de conferir “independência” ao BC, o que se viu desde o início de 2023 foi a implementação de uma estratégia de sabotar o novo governo, que havia derrotado seu padrinho político nas urnas. Roberto Campos Neto não é independente de ninguém. Muito pelo contrário, ele atende de forma bastante disciplinada aos interesses e aos comandos do núcleo do financismo em nosso País. Essa dependência e submissão ao seu círculo de amizades e de convivência se revelou na manutenção da SELIC em níveis estratosféricos – 13,75% – por muitos meses. Em seguida, adotou uma estratégia de redução paulatina e milimétrica da mesma, sem que a taxa real de juros fosse afetada. Tendo em vista a redução da inflação no mesmo período, o País continua ocupando o segundo lugar no campeonato mundial da rentabilidade financeira real.

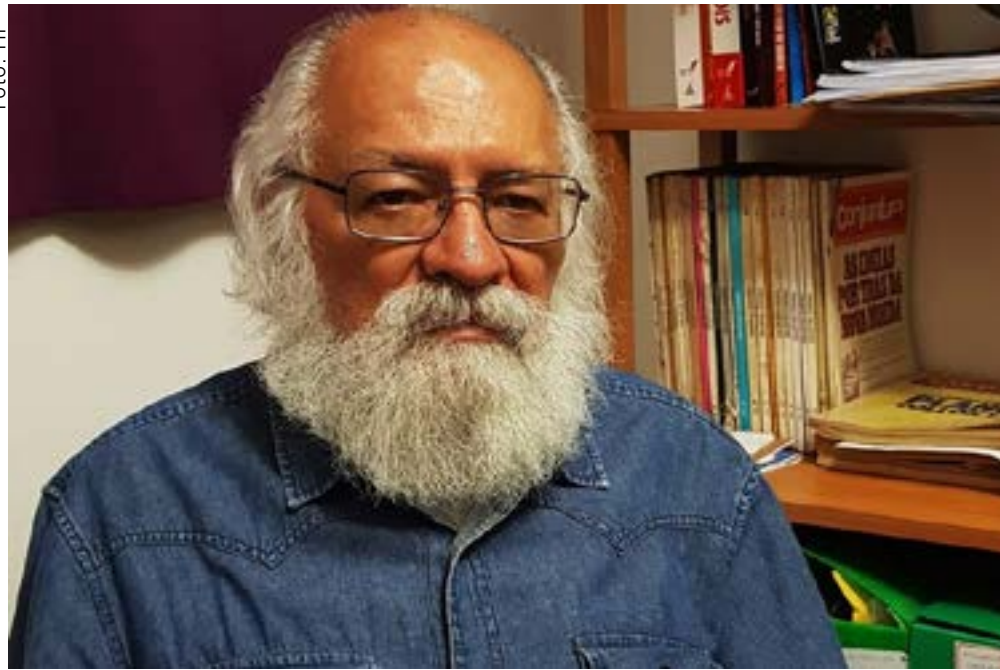
No entanto, toda a expectativa gerada com a possibilidade de mudança provocada pelas nomeações paulatinas que Lula pode fazer para a direção do órgão foram sendo frustradas. Os 4 novos diretores não mudaram em nada os comunicados, as atas e as decisões do Comitê de Política Monetária (COPOM). Com exceção de uma única decisão ocorrida durante a penúltima reunião do colegiado, Galpelo e os demais indicados por Lula votaram em todas as oportunidades seguindo a orientação do Presidente do BC. Coube à assim chamada bancada lulista manter um voto em separado exibindo uma discordância de 0,25% na redução da SELIC. Na verdade, um ponto fora da curva da aceitação da hegemonia financista.

E Roberto Campos Neto não se esquivou de demonstrar suas articulações políticas e seus desejos futuros. Compareceu a um evento político-partidário promovido pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Considerado como uma das alternativas do campo bolsoneiro para a disputa da sucessão de Lula, o mandatário do Palácio dos Bandeirantes lançou o balão de ensaio do chefe do BC para seu eventual futuro Ministro da Fazenda. Ou seja, mais uma vez foi para o espaço o discurso a respeito da suposta independência do rapaz. Não apenas ele é organicamente vinculado aos interesses dos bancos, como também é explicitamente articulado às forças da extrema direita. Assim, os espíritos da Faria Lima vibraram ainda mais com essa possibilidade declarada. Não apenas mantêm Fernando Haddad sob seu controle para efeitos de austeridade e arrocho fiscal, como guardam na manga da camisa outra carta mais fiel e segura. Afinal, para esse pessoal o importante é ter sempre operadores a seu serviço no comando da economia.

Continua na íntegra no site: <https://horadopovo.com.br/e-segue-a-farra-do-financismo-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

O problema não é fiscal e sim os juros do BC, aponta Nilson Araújo



Nilson Araújo: “O engessamento fiscal do Arcaçoço (limite máximo para crescimento da despesa e metas incumpríveis de déficit zero, a não ser que se promova um brutal arrocho nos “gastos primários”) está limitando o investimento público, fundamental para alavancar o crescimento da economia”

“Não há crise fiscal. O que estamos vendo é um ataque especulativo contra o Brasil”, diz Oreiro

Segundo o economista José Luis Oreiro, o que está acontecendo nos últimos dias com a disparada do dólar “é, claramente, um ataque especulativo contra o real”.

“Atribuir a desvalorização do real frente ao dólar às falas do presidente Lula, é achar que o Brasil está sozinho no mundo”, disse o professor da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista ao HP.

“A desvalorização das moedas da América Latina é um fenômeno geral, não está restrita ao Brasil. No mês de junho, houve uma desvalorização forte das moedas dos países latino-americanos contra o dólar. Inclusive, o peso mexicano e a moeda da Colômbia se desvalorizaram mais do que o real”.

Segundo Oreiro, “a inércia atual do Banco Central é o que está possibilitando ao mercado ficar brincando com a taxa de câmbio”.

“Isso só é possível porque o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, que aliás está de férias desde o dia 28 de junho, e o seu substituto Gabriel Galpelo decidiram não intervir no mercado de câmbio”, enfatiza.

O economista ressalta que todos os bancos centrais do mundo intervêm em defesa de suas moedas. Oreiro afirma que a falta de ação dos diretores do BC contra a especulação do câmbio “contraria o que diz a teoria econômica e a melhor experiência Internacional”. Ele cita o “episódio da crise do euro



Para o economista, as pessoas que estão afirmando que o Brasil vive uma crise fiscal, “não estão falando em nome da ciência, em nome do interesse público, estão falando em nome de mais de R\$ 700 bilhões que são transferidos de toda a sociedade brasileira para os rentistas”

em 2012, em que houve um forte ataque especulativo contra a Espanha e a Itália por parte do mercado financeiro europeu, que acreditava que a Espanha e Itália, por conta de um alto endividamento público, seriam obrigadas a abandonar o euro”.

“Qual foi a reação do Banco Central Europeu? Foi a mesma do Banco Central do Brasil, de dizer, isso aqui não é comigo, esses países que se danem? Não! Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu [2011 a 2019], naquele momento, fez a seguinte declaração: ‘o Banco Central Europeu fará tudo o que for necessário para garantir a manutenção do euro e, acreditem, será mais do que suficiente’.

“Após essa declaração, as taxas de juros dos títulos soberanos da Itália e da Espanha despencaram. Ou seja, acabou o ataque especulativo”, comentou.

Oreiro cita o que se chama, nessa situação, de “profecias autorrealizáveis”. “Se os agentes acham que o câmbio vai se desvalorizar, então, eles vão comprar dólares e o câmbio se desvaloriza, o que confirma as expectativas iniciais e dá incentivo para uma nova onda especulativa a respeito de novas desvalorizações do câmbio”.

Leia a íntegra da entrevista no site: <https://horadopovo.com.br/nao-ha-crise-fiscal-o-que-estamos-vendo-e-um-ataque-especulativo-contra-o-brasil-diz-oreiro/>

“Cortar despesa pública real num momento em que a economia precisa crescer de forma acelerada e sustentada para melhorar substancialmente a vida das pessoas, em lugar de migalhas, é não apenas conspirar contra o desenvolvimento, mas contra a própria Democracia”, destacou o economista

O economista e professor Nilson Araújo de Souza, afirmou, nesta sexta-feira (5), em entrevista ao HP, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, “está indo longe demais na implementação do engessamento fiscal que ele embutiu em sua proposta de Arcaçoço Fiscal”. “No afã de zerar o déficit neste e no próximo ano, está jogando a população contra o governo e, por consequência, contra o presidente Lula”.

Nilson Araújo criticou as limitações impostas pelo arcaçoço fiscal e pelas metas “incumpríveis” do ministro. “O engessamento fiscal do Arcaçoço (limite máximo para crescimento da despesa e metas incumpríveis de déficit zero, a não ser que se promova um brutal arrocho nos “gastos primários”) está limitando o investimento público, fundamental para alavancar o crescimento da economia, e agora o Haddad pretendia também cortar o gasto social”, afirmou.

Para o economista, “desenvolver o país e evitar o retorno do fascismo ao poder, é preciso enfrentar com ousadia esses dois problemas. Com esses bilhões escorrendo pelo ralo, Haddad insiste em cortar tostões dos mais pobres, como reclama Lula. Além da submissão à banca da Faria Lima, esse comportamento denota falta de humanidade”. Confira!

HORA DO POVO – O que você acha dessa discussão sobre a mudança nos pisos constitucionais e a desvinculação dos benefícios da previdência?

NILSON ARAÚJO – Haddad está indo longe demais na implementação do engessamento fiscal que ele embutiu em sua proposta de Arcaçoço Fiscal. No afã de zerar o déficit neste e no próximo ano, está jogando a população contra o governo e, por consequência, contra o presidente Lula.

Alguns exemplos revelam isso. Primeiro, ao impedir qualquer reajuste salarial para os professores e demais trabalhadores da educação das universidades federais, que, em resposta, realizaram vários meses de greve. Segundo, mandou para o Congresso um projeto de lei que elimina os incentivos às prefeituras e pequenos municípios e pequenos empresários.

Iedi: interrupção na queda dos juros leva indústria a ‘cenário mais nebuloso’

“Dificuldades surgem no horizonte da indústria, como a interrupção da queda da taxa básica de juros (Selic)”, afirma o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), ao analisar o resultado negativo da produção industrial em maio deste ano.

Para o Instituto, “os sinais promissores, na entrada do ano, de um desempenho mais robusto vai dando lugar a um cenário mais nebuloso” para a indústria.

“Não apenas pelo bloqueio de atividades produtivas devido às chuvas no sul do país, mas também pela interrupção da fase de redução da taxa básica de juros (Selic)”, observa.

Em maio, a indústria registrou um declínio de -0,9% na produção frente a abril, mês em que a produção fabril brasileira havia registrado uma queda de -0,8%. No entanto, “diferentemente do mês anterior, agora todos os setores e a maioria dos seus ramos ficaram no vermelho”, ressalta o Iedi.

“Em maio/24 (-0,9%), embora o resultado tenha sido muito próximo daquele registrado em abril/24 (-0,8%), na série com ajuste sazonal, há diferenças importantes. Em primeiro lugar, desta vez foi a indústria de transforma-

Terceiro, enviou projeto de lei para taxar em 60% as miudezas importadas da China pela população mais pobre; depois de muita reação do Congresso e da sociedade e, inclusive, do presidente Lula, ele aceitou uma taxa menor (20%). Por último, mas não menos importante, ganhou o governo para distribuir o lucro extraordinário da Petrobras entre seus acionistas, em lugar de realizar investimentos, como prometera Lula. O objetivo, além de beneficiar os acionistas minoritários (basicamente fundos estadunidenses), era “fazer caixa” no Tesouro rumo ao déficit zero.

E agora Haddad vem com essa de acabar com os pisos constitucionais da educação e saúde e desvincular do salário mínimo as aposentadorias e pensões, bem como os benefícios previdenciários. Ainda bem que Lula não aceitou essa excessão financeiraista contra os trabalhadores e a favor da Faria Lima, pois, se o fizesse, jogaria na sarjeta sua história.

Mas a alternativa encontrada foi igualmente ruim: para este ano, realizar contingenciamento e bloqueio do orçamento; para 2025, cortar despesa nos benefícios sociais, previdência, bolsa família, etc., em mais de 25,9 bilhões de reais, supostamente para combater a fraude (operação “pente fino”). Alguém acredita que vão encontrar aí esses bilhões ou irão aproveitar a “deixa” (“já que estamos aqui...”) para avançar na previdência e nos benefícios sociais?

Uma pergunta que não quer calar: já que se pretendia cortar gastos, por que não se aproveitou a “deixa” para cortar parcela importante dos chamados gastos tributários (um volume de quase R\$ 600 bilhões), sendo que boa parte deles sem qualquer utilidade social, como, por exemplo, gerar emprego.

Ora, cortar despesa pública real num momento em que a economia precisa crescer de forma acelerada e sustentada para melhorar substancialmente a vida das pessoas, em lugar de migalhas, é não apenas conspirar contra o desenvolvimento, mas contra a própria Democracia.

Continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/o-problema-nao-e-fiscal-e-sim-os-juros-altos-praticados-pe-lo-bc-aponta-nilson-araujo/>

Governo dos EUA pressiona Brasil a vender Avibrás para grupo australiano

Ameaças de sanções se intensificaram após anúncio de que a chinesa Norinco estaria interessada na aquisição de 49% das ações da Avibrás

A crise da principal fabricante no Brasil de sistemas pesados de defesa, a Avibrás Aeroespacial, segue sem solução. Apesar do governo ter dado alguns sinais de que poderia intervir para impedir o fechamento ou a desnacionalização da empresa, as discussões para a sua venda para a australiana DefendTex prosseguem, segundo comunicado da Avibrás.

“Ambas as empresas [Avibrás e DefendTex] estão envolvidas em concluir o processo de aquisição e realizar o aporte de capital a partir do dia 30 de julho, visando a retomada das operações. Novas informações serão divulgadas em momento oportuno”, diz o comunicado.

Este comunicado revela um novo ingrediente envolvendo a Avibrás. Diante do anúncio de que uma empresa estatal chinesa, a Norinco, poderia aportar capital e adquirir 49% das ações da Avibrás, o governo dos Estados Unidos reagiu com ameaças de sanções contra a empresa brasileira caso ela se associe

com a empresa asiática. A solução defendida por especialistas e pelos trabalhadores é a estatização da empresa para evitar a sua desnacionalização. A participação asiática na empresa com 49% garantiria a retomada das operações e o controle nacional da fabricante de armas.

Diante destas ameaças feitas pelos Estados Unidos, a Avibrás anunciou o prolongamento do prazo para as negociações com a empresa australiana. O fim das tratativas com a DefendTex estava previsto para o final de junho e foram prorrogadas, segundo o comunicado, para o fim de julho.

Em junho passado, o ministro da Defesa brasileiro, José Múcio Monteiro, chegou a afirmar que, em função das dificuldades que o grupo australiano enfrentava para conseguir o financiamento, a DefendTex tinha desistido da compra.

Da acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, integrantes da diplomacia norte-ame-

ricana já teriam comunicado a membros do governo Lula que a participação da Norinco na indústria de defesa brasileira poderia causar embargos dos EUA em meio à guerra de sanções comerciais estabelecida por Washington contra Pequim.

As ameaças de embargos a uma empresa brasileira por se associar com uma empresa do maior parceiro comercial brasileiro são uma afronta à soberania do Brasil e demonstram interesses dos EUA na venda da Avibrás para a australiana DefendTex.

Em março de 2022, a Avibrás, principal fornecedora de mísseis e foguetes para o Exército brasileiro, pediu recuperação judicial, com dívidas estimadas em R\$ 570 milhões, montante que hoje beira os R\$ 700 milhões.

De uma só vez, a fabricante demitiu 420 de seus 1.500 funcionários. Os que permaneceram estão sem salários há mais de um ano. O próprio presidente Lula pediu empenho do governo para a solução dos problemas da empresa.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua Mazzini, 177 Cambuci - CEP: 01528-000 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@gmail.com C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução/TV Brasil

Vice-presidente durante entrevista coletiva Alckmin: “desonerar armas é um equívoco. Você tem que desonerar é comida”

O vice-presidente da República Geraldo Alckmin (PSB) se manifestou contrário à proposta de tirar armas do Imposto Seletivo (IS), também chamado de “imposto do pecado”, da reforma tributária. “Acho que é um equívoco. Você tem que desonerar comida. É muito melhor desonerar comida. Está mais do que provado que quanto mais arma tem, mais homicídio tem”, disse Alckmin.

Os bolsonaristas estão pressionando, não só para liberar geral as armas no país, como também dar incentivos fiscais para os seus fabricantes e comerciantes. Especialistas concordam com o vice-presidente ao associarem as políticas de incentivo ao armamento com o aumento dos índices de criminalidade. Boa parte das ditas “armas legais” acabam nas mãos das milícias e dos chefes do crime organizado.

No ano passado, na discussão sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma, os deputados armamentistas, ligados à “bancada da bala”, às milícias e a Jair Bolsonaro, retiraram a previsão de Imposto Seletivo sobre armas durante segunda rodada de votação no plenário.

A base do governo defende a inclusão na regulamentação da reforma tributária sobre o consumo, mas a oposição mostrava grande resistência. As armas e munições acabaram ficando de fora da lista de itens taxados pelo “imposto do pecado”, tributo para desestimular o consumo de produtos e serviços que são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas e açucaradas, por exemplo.

Questionado se há especulação contra o real, como disse Lula nesta semana, Alckmin deu ênfase ao cenário externo. “Você tem um cenário externo, a questão dos juros americanos. Eu estou otimista, porque eu acho que no segundo semestre pode cair o juro americano e, se cair o nosso junto, você tem um crescimento forte da economia”, disse o vice-presidente.

Em seguida, completou: “O mercado oscila, o câmbio é fluante, não tem câmbio fixo. Mas eu disse lá atrás que essas oscilações eram transitórias, passageiras. E o câmbio voltará ao seu patamar adequado”. Ele reforçou a geração de empregos no país, somada à queda da inflação. “Então, eu acho que o que interessa é que a base da economia, os prediados, os pressupostos econômicos estão colocados de maneira correta.”

CCJ adia votação da PEC que dá mais ao BC para servir aos bancos e afrontar brasileiros

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal adiou para quarta-feira (10) a votação da PEC que dá ao Banco Central autonomia financeira, desvinculando-o ainda mais do governo e do programa que venceu nas urnas.

Com a “autonomia política” que foi aprovada em 2021, o Banco Central ainda tem um presidente que foi indicado por Jair Bolsonaro, Roberto Campos Neto, e mantém a taxa de juros do Brasil entre as mais altas do mundo.

Já a Proposta de Emenda à Constituição 65/2023, apresentada pelo senador Vanderlan Cardoso, mas patrocinada por Campos Neto, busca desvincular totalmente o órgão do Ministério da Fazenda, transformando-o em uma empresa pública “com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira”.

A base governista no Senado pedia o adiamento da discussão por, pelo menos, 30 dias, o que seria decidido em votação, enquanto a oposição queria decidir o tema ainda na quarta-feira (3). O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, optou por adiar em uma semana o início da discussão.

Economistas alertam que aprofundar a autonomia do Banco Central em relação ao governo eleito pelas urnas significa entregar a política monetária ainda mais para os interesses privados dos financistas.

Em 2023, por exemplo, o país gastou R\$ 776 bilhões com juros, dinheiro que foi para os bancos ao invés de ter sido utilizado em investimentos e programas sociais, por conta da política aplicada por Roberto Campos Neto.

O senador Rogério Carvalho apontou que “a natureza jurídica de empresa só deve ser usada no setor público quando ele vai entrar em atividades que concorrem com empresas privadas. O Banco Central é um órgão normativo, regulador, fiscalizador, liquidador... Ou seja, ele é um órgão de Estado. Não cabem essas atividades dentro de uma empresa pública”.

Carvalho avalia que o governo tem votos suficientes no Senado para barrar a PEC.

Em audiência pública realizada no dia 18 de junho, na CCJ do Senado, o economista André Lara Resende, ex-presidente do BNDES, destacou que uma autonomia financeira do Banco Central significaria “um profundo regresso”.

“São os bancos que tomam terra dos produtores hoje”, afirma Lula



Reprodução

Presidente durante lançamento do Plano Safra 2024/2025 no Palácio do Planalto “Neoliberalismo afundou Inglaterra”, diz Gleisi ao comemorar a vitória trabalhista

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, festejou a grande vitória do Partido Trabalhista da Inglaterra na eleição parlamentar daquele país, realizada na quinta-feira (4), e alertou para o estrago feito pela política neoliberal do Partido Conservador na vida do povo inglês.

“A vitória muito expressiva do Partido Trabalhista nas eleições do Reino Unido mostra didaticamente a frustração do país com 14 anos de governos conservadores e neoliberais”, disse ela.

A observação da comandante do PT, criticando os cortes nos programas sociais, no nível de renda e do crédito na Inglaterra, fruto da submissão aos bancos e aos rentistas, se dá num momento em que o governo Lula sofre uma grande pressão por parte do sistema financeiro e de setores



Gleisi Hoffmann, presidente do PT, e o novo primeiro-ministro inglês, Keir Starmer - Fotomontagem HP

do próprio governo para aplicar aqui a mesma política que afundou o país europeu e que levou à derrota do partido do governo.

“Os serviços públicos de saúde e educação pioraram muito nesse período, o acesso à moradia, o nível de renda, o emprego e o crédito despencaram”, denunciou a parlamentar paranaense. “Cresceu mesmo foi a busca por auxílio à alimentação”, acrescentou.

“Além de ser um alerta o sobre os danos dessas políticas que tiram dos pobres para favorecer os ricos, a vitória dos trabalhistas no Reino Unido traz um forte sinal de resistência contra o avanço da extrema-direita no mundo. Que o novo governo do primeiro-ministro Keir Starmer transforme em realidade as esperanças que sua eleição despertou”, desejou a deputada.

Jóias furtadas: PF indíca Jair Bolsonaro por peculato, associação criminosa e lavagem

A Polícia Federal indiciou Jair Bolsonaro (PL) na quinta-feira (4), no inquérito que investigou o desvio e entrada ilegal no país de jóias árabes. O então presidente e ex-assessores se apropriaram indevidamente de jóias milionárias dadas como presente oficial ao país.

Bolsonaro tenta tapar o sol com a peneira e diz que era inocente. Ele foi indiciado por peculato, que é a apropriação de bens públicos, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Boa parte das provas foram obtidas através dos depoimentos de seu auxiliar, o tenente-coronel Mauro Cid, que participou da venda de jóias desviadas e declarou que entregou dinheiro vivo a Bolsonaro fora do país.

Também foram indicadas outras 11 pessoas – todas por associação criminosa, 7 por peculato, 9 por lavagem de dinheiro e 1 – o ex-chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes – por advocacia administrativa. No relatório final, não há pedido de prisão preventiva ou temporária de nenhum dos indiciados.

Agora que a PF pediu o indiciamento de Bolsonaro dos demais criminosos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhará o caso à Procuradoria-Geral da República que vai analisar os resultados e decidirá se há evidências suficientes para pedir o indiciamento de Bolsonaro ou se novas diligências são necessárias. Com o indiciamento

em mãos, a PGR avalia as provas colhidas na investigação e decide se o material é suficiente para denunciar o indiciado, se pede o arquivamento do caso ou se pede mais investigações à polícia.

Se a PGR denunciar, poderá mudar a lista de crimes atribuídos ao indiciado – seja para incluir ou para retirar itens. Isto é: a lista de supostos crimes pode aumentar ou diminuir. Se houver denúncia, o STF decidirá se torna os acusados réus, manda arquivar ou envia os casos à primeira instância.

Bolsonaro recebeu as jóias e presentes oficiais no exercício do mandato, e investigações da PF mostram que parte desses itens foi vendido nos Estados Unidos em junho de 2022, último ano do mandato do ex-presidente. Entre elas havia um relógio da marca Rolex de ouro branco, um anel, abotoaduras e um rosário islâmico entregue a Bolsonaro em uma viagem oficial à Arábia Saudita em outubro de 2019.

A PF concluiu que o foi levado para fora do Brasil em um avião da Força Aérea Brasileira junto com uma comitiva do ex-presidente. Ele foi vendido por cerca de R\$ 300 mil para uma loja chamada Precision Watches, na Pensilvânia, nos Estados Unidos, em junho 2022. Em 2023, depois que o escândalo veio à público, cúmplices de Bolsonaro realizaram uma operação para recomprá-lo.

O colar de diamantes da marca Chopard

“A gente vai ter uma política econômica que vai fazer esse país crescer”, disse o presidente criticando os juros altos

O presidente Lula afirmou na quarta-feira (3), durante o lançamento do Plano Safra 2024/2025 para a agricultura familiar, no Planalto, que o governo vai estimular a produção e vai garantir preços aos produtores. O plano anunciado irá alocar R\$ 400,585 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 74,98 bilhões para a agricultura familiar. Este valor representa um aumento de 9% em relação à safra anterior, que foi de R\$ 435,8 bilhões.

Dirigindo-se aos produtores presentes à solenidade, Lula ponderou que atualmente quem está tomando terra dos agricultores não são os trabalhadores sem terra, mas sim os bancos. “Quem toma terra hoje no Brasil são os bancos e não o MST, não é o João Pedro Stédile”, disse Lula, em mais uma referência aos juros altos e à dificuldade de crédito que está existindo no país.

Pressionado pelos banqueiros e por sua equipe econômica a cortar investimentos públicos, reduzir verbas para programas sociais e o custeio da Saúde e Educação, Lula voltou a defender o crescimento da economia. “A gente vai ter uma política econômica que vai fazer esse país crescer, a gente vai continuar fazendo transferência de renda e a gente, ao mesmo tempo, vai continuar com a responsabilidade que sempre tivemos”, prosseguiu o presidente.

“Aqui nesse governo a gente aplica o dinheiro que é necessário, gasta com educação e saúde aquilo que é necessário, mas a gente não joga dinheiro fora. Responsabilidade fiscal não é uma palavra, é um compromisso desse governo e a gente manterá ele à risca”, acrescentou Lula. O maior gasto do governo está exatamente no pagamento de juros. Só nos cinco meses do presente ano, o governo transferiu exatamente R\$ 360 bilhões aos detentores de títulos da dívida pública. Nos doze meses o país foi sangrado em R\$ 782 bi. Segundo o economista Paulo Kliass, “essa é a verdadeira ganância do governo”.

Lula admitiu que ainda é pouco, mas agradeceu ao ministério da Fazenda por viabilizar os valores que representam um aumento de quase 10% em relação ao ano anterior. “Pode não ser tudo que a gente precisa, mas é o melhor que a gente pôde fazer. Ele foi feito de forma interativa, coletiva. Muita gente participou, muita gente deu palpite. Eu quero agradecer ao pessoal da Fazenda, que teve a sensibilidade de perceber que a agricultura familiar tem uma

“Discutir despesa com o ser humano é no mínimo insensibilidade”, diz Carlos Lupi

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou na sexta-feira (5) que não haverá “tribunal de inquisição” para fazer cortes na sua pasta determinados pelo Ministério da Fazenda e cumprir com o chamado “déficit zero”.

“Discutir despesa com ser humano, aquilo que é o maior investimento que se pode fazer no Brasil, que é sua gente, seu povo, é no mínimo insensibilidade. Não contem conosco, estamos para dar direito a quem tem direito, estamos aqui para sermos eficientes, competentes”, declarou o ministro, ao discursar em evento de celebração dos 34 anos do INSS.

O ministro confirmou, no entanto, que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciará nas próximas semanas o processo de reavaliação de benefícios mirando um público-alvo de 800 mil pessoas.

Mas ele ressaltou que a reavaliação será feita em cima de quem não tem direito e que não haverá “tribunal de inquisição”.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um montante de R\$ 25,9 bilhões para ser cortados no Orçamento do próximo ano pela revisão de cadastros.

Lupi não se comprometeu com valores ao falar sobre o assunto.

Em entrevista coletiva, o ministro foi questionado sobre

importância muito grande para esse país”.

Lula pediu aos produtores rurais que fiscalizem a liberação dos recursos destinados pelo governo federal. “A gente anunciou tudo isso aqui, a imprensa registrou, eu assinei decreto. Está tudo formalizado e tudo legalizado. Agora é importante que as coisas funcionem. E para elas funcionarem, vocês têm que ser os fiscais. A imprensa pode ajudar a fiscalizar, os deputados podem ajudar, os senadores, os usuários podem ajudar a fiscalizar em tempo real”, afirmou o presidente.

“A gente fica lendo jornal todo dia. Você fica vendo perspectiva de ter alta no preço dos alimentos. Um dia desses estava vendo uma fotografia antiga de um companheiro que planta tomate e o preço do tomate estava barato, e ele ficou jogando tomate para os animais dele comerem. Nós precisamos mudar de comportamento. Primeiro a gente tem que incentivar as pessoas a produzirem para que nunca mais a gente coloque na primeira página do jornal o chuchu como responsável pela inflação, o tomate como responsável pela inflação”, disse Lula.

“Então”, prosseguiu o presidente, “o que nós precisamos ter cuidado é o seguinte: a gente tem que incentivar as pessoas a plantarem o máximo possível e garantir às pessoas que na hora da colheita a gente não vai deixar eles terem prejuízo porque plantaram demais. O governo tem que garantir o pagamento correto para que aquelas pessoas possam fazer os seus produtores chegarem aos supermercados. Se a gente fizer isso, se a gente comprar as máquinas, se a gente produzir mais leite, mais queijo, plantar mais tomate, pepino, chuchu, não vai ter inflação de alimento, gente”.

“Se a gente fizer isso, se a gente comprar as máquinas, se a gente produzir mais leite, mais queijo, plantar mais tomate, pepino, chuchu, não vai ter inflação de alimento, gente. A inflação de alimentos se dá quando a gente produz menos que a demanda e começa a ter escassez no supermercado, e aí cada pessoa pede o preço que quiser”, denunciou.

“Mas se a gente tiver a produção correta não faltará produto no supermercado, ninguém precisa aumentar o preço”, prosseguiu. “Ah mas se eu produzir o pepino e não der lucro, o que eu faço?”. O governo está acostumado a lidar com pepino. O governo vai cuidar para que o plantador de pepino não tenha prejuízo. É simplesmente isso”, finalizou o presidente.

o número divulgado nesta semana por Haddad, e se tinha receio de haver um corte maior na Previdência. “Nenhum, porque é garantido com verbas obrigatórias”, respondeu. Ele declarou que sua pasta está dando uma “grande contribuição” para a Fazenda com ações relativas ao Atestmed e a reavaliação de benefícios que será iniciada neste segundo semestre.

Criado neste ano pelo INSS, o Atestmed permite que segurados solicitem o benefício por incapacidade temporária por meio de uma análise de documentos, sem necessidade de uma perícia médica presencial.

“O que estamos fazendo com muita eficiência, em uma grande contribuição para a Fazenda, é economizando em vários setores, como o Atestmed. E agora estamos começando um sistema de triagem, de apuração de possíveis irregularidades, para corrigir rumos. De dois em dois anos se pode fazer isso, principalmente em benefícios temporários. Alguns erros podem ter sido cometidos”, comentou o ministro.

“É uma chegam de possíveis irregularidades. Por exemplo, todos que têm mais de dois anos de benefício, que não é permanente, é o temporário, têm necessidade de fazer novo exame para saber se continua tendo aquele direito. Isso já está começando a ser organizado”, disse Lupi.

Histórico da Equatorial é catastrófico para a Sabesp, alertam engenheiros

Para Amauri Pollachi, entrega das ações por Tarcísio ocorreu num processo “bastante suspeito” onde só uma empresa sem experiência manifestou interesse

Representantes de entidades que atuam em defesa da Sabesp pública, denunciam favorecimento e jogo de interesses no processo de venda de ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Em entrevista à Hora do Povo, Amauri Pollachi, conselheiro do Ondas (Observatório Nacional das Águas), disse que o processo de compra das ações da Sabesp pela Equatorial foi “bastante suspeito” e que o histórico da Equatorial “é realmente catastrófico”.

A empresa, que atua no ramo de energia, foi a única a apresentar proposta para se tornar a acionista de referência da Sabesp. Nessas condições, a Equatorial foi finalista da primeira etapa da venda de ações da ainda estatal, com uma proposta para compra de 15% dos papéis por R\$ 6,9 bilhões.

“O processo em si foi bastante suspeito porque, as empresas foram desistindo, a coisa foi afunilando de tal forma que só restou a Equatorial, [até] porque as condições do processo também foram sempre restringidas a cada passo. E o pior, o preço de referência por ação, que é o referencial de venda definido pelo Estado não foi divulgado”, denuncia. “Foi divulgado”, ressalva. “Uma reunião do Conselho de Desestatização do Estado, [quando] foi definido isso e muitas pessoas que estavam presentes nessa reunião têm interesse com a própria Equatorial”, continua Amauri, que também é diretor da APU (Associação de Profissionais Universitários da Sabesp).

Além disso, “quem garante que esse preço, que foi definido na reunião, digamos secreta, mantida sob sigilo, quem garante que esse preço não chegou a quem iria oferecer oferta?”, questiona. “Então é um processo muito, mas muito cheio de incertezas, de ilegalidades e diria assim, de talvez um grande favorecimento a um único competidor”, aponta o engenheiro.

Para o presidente do Sintaema, sindicato que representa os funcionários da Sabesp, houve “clara manobra” na transação de venda por parte do governo de SP. “Os números são claros e mostram uma clara manobra do governo em usar nosso patrimônio para o lucro de alguns empresários”, disse José Faggian.

Outro fato, diga-se, estranho, envolvendo a venda das ações, é que a presidente do conselho de administração da companhia de saneamento, Karla Bertocco, ocupava, até dezembro, um cargo no conselho da Equatorial. O caso reforça as denúncias feitas pelo conselheiro do Ondas e pelo sindicalista. Ainda, escancara o claro favorecimento à empresa de energia.

HISTÓRICO CATASTRÓFICO
“São 700 mil pessoas, que é a população de Osasco, a população do distrito do Grajaú e do Jardim ngela somadas, então é muito infra. A gente tem feito uma comparação, dizendo assim: é como se a Ponte Preta – com todo o respeito à Ponte Preta – tivesse comprando o Real Madri, em termos de proporção do negócio, então é totalmente

descabível”, compara Amauri. Não se pode esperar eficiência da Equatorial, avalia o engenheiro. Não apenas pela sua inexperiência no ramo do saneamento, mas, principalmente em razão de que a companhia é controlada por investidores do mercado financeiro que têm como foco a maximização dos lucros.

“É uma empresa em que sua administração está voltada para satisfazer os seus principais acionistas. São todos fundos de investimento. Você pode ver lá no site deles, é o Opportunity, o Black Rock, é o Capital World, é o Fundo Canadense de Pensão. Só esses investidores detêm aí uma parcela importante do comando da empresa e o foco da empresa é máxima geração de lucro”, adverte.

“Mesmo na área de energia nos estados onde ela [Equatorial] atua: Maranhão Piauí, Goiás e outros, principalmente Nordeste, [também] no Rio Grande do Sul, são notícias muito ruins. No RS, agora durante a tragédia que se abateu sobre todo o estado, eles tiveram muita dificuldade de retomar o fornecimento de energia elétrica. O histórico é realmente catastrófico!”. “Imagine se nós tivermos uma crise hídrica aqui em São Paulo”, alerta.

O Sintaema destacou que todo o processo de privatização comprova que está em curso uma negociata que joga a Sabesp num fundo de apostas. “Tarcísio está vendendo a empresa que mostrou força e referência em momentos como a crise hídrica e os desastres em Ubatuba e no Rio Grande do Sul. Ninguém faz o que a Sabesp faz, lembrando que todas essas ações sociais ocorrem sem prejudicar a saúde financeira da empresa, que todos os anos computa lucros bilionários”, disse Faggian.

AÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS

O Sintaema, em conjunto com o Ondas, entrou nesta segunda-feira (1) com uma representação no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). O objetivo é contestar a venda das ações da Sabesp e o valor que o governador Tarcísio de Freitas, que privatizou a companhia, imprimiu sobre o patrimônio do povo paulista. A próxima fase, indicaram as entidades, é a contestação junto ao Ministério Público de São Paulo.

No texto, as organizações assinalaram que “a alienação de ações abaixo do valor de avaliação viola os princípios constitucionais da administração pública, especialmente os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade, conforme o art. 37 da Constituição Federal”.

“Essa é mais uma iniciativa do Sintaema que compõe a jornada de luta do Sindicato em defesa da Sabesp pública. Os números são claros e mostram uma clara manobra do governo em usar nosso patrimônio para o lucro de alguns empresários”, disse Faggian. “O fato de ser a Equatorial – uma empresa que atua somente em 16 municípios, no estado de Macapá – revela o quão esse processo é nebuloso. Como uma empresa com esse tamanho irá gerir a terceira maior empresa de saneamento do mundo?”, alertou.



Mobilização popular contra a privatização da Sabesp pelo governo Tarcísio

Equatorial já planeja demissões em massa na Sabesp para ampliar lucro à custa da qualidade

A Equatorial Energia, única empresa a fazer oferta no processo de privatização da Sabesp feito às pressas pelo governador bolsionista Tarcísio de Freitas (Republicanos), informou nesta quarta-feira (3) que seu plano para a companhia é o de cortar custos via demissões em massa de funcionários para aumentar os pagamentos de lucros aos acionistas do grupo.

Em uma apresentação a investidores, a Equatorial, que pretende pagar apenas R\$ 6,7 bilhões para adquirir 15% da Sabesp, afirma que pretende implementar uma série de estratégias para cortar custos e aumentar o lucro dos acionistas, sem nem ao menos estudar quais são as necessidades da companhia e dos usuários, a população paulistana.

Entre as medidas propostas pela Equatorial, destacam-se a renegociação de relações sindicais, a otimização de benefícios e a implantação de políticas de remuneração com “cultura de dono”, ou seja, alinhando incentivos por performance dos funcionários, o que obviamente, não existe hoje.

A empresa – que não tem nenhuma expertise em saneamento básico e coleciona maus resultados por onde passa, como por exemplo no setor elétrico, onde recebeu o título de pior prestadora de serviço em levantamento feito pela ANEEL – pretende reestruturar a equipe da Sabesp, propondo programas de demissão voluntária. A Equatorial inclui entre seus acionistas empresas como Opportunity e Blackrock.

Em um processo de privatização suspeito, a Equatorial foi a única interessada em se tornar acionista de referência da

Sabesp — uma espécie de sócio estratégico do governo de São Paulo no negócio, que terá 15% do capital da companhia e peso relevante na administração, pois é essa companhia, mesmo que não detendo a maior fatia, que vai indicar o presidente da Sabesp, o presidente do conselho, além de 3 membros, por exemplo.

A apresentação da Equatorial aos investidores destacou que o rumo para a Sabesp seria aumentar os dividendos mediante a otimização da estrutura de capital da Sabesp. Traduzindo a linguagem corporativa, isso quer dizer reduzir funcionários, sobrecarregar os que ficarem, e por consequência, piorar a qualidade do serviço prestado para ampliar o retorno aos investidores. O clássico da privatização, sem absolutamente nenhuma novidade ou roupagem.

O documento da Equatorial fornece um panorama de suas estratégias anteriores que resultaram em reduções significativas de custos em outras operações, como o caso do Rio Grande do Sul e Goiás, que colecionam apagões, explosões de transformadores, e desastres ambientais.

“A Equatorial se antecipa como se a Sabesp já estivesse privatizada. Isso ainda não ocorreu. Além disso, deixa claro que irá repetir a receita que aplicou em todos os estados que atua. Vale lembrar que quando entrou no Rio Grande do Sul, ela demitiu mais de 1.200 trabalhadores da antiga Forçada CEE Distribuidora de Energia”, alerta a direção do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo).

O Sindicato destaca que mais uma vez a Equatorial vai utilizar o mantra do aumento da eficiência para demitir trabalhadores e

ampliar o lucro dos acionistas.

“Estamos cantando essa bola desde janeiro de 2023, quando Tarcísio tomou posse e apontou sua mira para Sabesp. Como ocorre em todos os estados que a Equatorial opera, o que está reservado para São Paulo é um cenário de caos. Demissões significa piora no serviço e exclusão de atendimento, sobretudo de quem vive nas periferias de São Paulo”, ressalta a direção do Sintaema.

Além disso, a direção do Sindicato destaca que ao realizar essas declarações para um seletivo grupo de acionistas, a Equatorial desrespeita frontalmente o Acordo Coletivo de Trabalho que o Sindicato fechou com a Sabesp e garante 98% de estabilidade até maio de 2026.

O Sindicato ainda alerta para a afirmação da empresa sobre ‘otimizar custos na Sabesp’. “A Equatorial cita como bons exemplos as experiências dela no Pará, Piauí e Alagoas, estados que tiveram ‘alta adesão’ aos programas de demissão voluntária (PDV). Vale lembrar que em todos esses estados a Equatorial coleciona reclamações e, em Alagoas, a Equatorial perdeu recurso ao colegiado da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal) que manteve multas à concessionária, que passam dos R\$ 14 milhões”.

Em todos esses estados em que atua, a Equatorial concorreu sozinho pela compra das ações das estatais, pagando por elas valores bem abaixo do preço real que as empresas vendidas valiam. Além disso, ela é conhecida pelos sucessivos apagões e pela demissão em massa de trabalhadores e trabalhadores com alta capacitação.



Prefeito de Recife lidera no Datafolha

João Campos chega a 75% das intenções de voto em Recife

Na última sexta-feira (5), o Instituto Datafolha divulgou pesquisas de intenção de voto para prefeituras de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Em Recife, a pesquisa mostra o atual prefeito, João Campos (PSB), liderando a corrida para a prefeitura do Recife nas eleições deste ano com 75% das intenções de voto. Em seguida, vem o ex-ministro do Turismo Gilson Machado (PL) e o ex-secretário de Turismo de Pernambuco Daniel Coelho (PSD) com 7% e 6%, empatados tecnicamente.

Em seguida tem Dani Portela (PSOL) com 3%; Tecio Teles (Novo) com 1% e Simone Fontana (PSTU) com 1%. Em branco/nulo/nenhum são 5% e não sabem, 2%.

João Campos (PSB), analisou o resultado do levantamento feito pelo Instituto Datafolha.

“Fico feliz com o reconhecimento das pessoas. O que queremos é continuar a trabalhar pelo Recife, entregando obras, fazendo projetos, construindo o que a gente precisa. Então, a gente vai seguir trabalhando e cuidando da cidade. Com todo o respeito aos adversários no período eleitoral, mas a gente vai seguir fazendo muito trabalho porque o que se espera da gente é fazer uma cidade melhor a cada dia”, afirmou João.

O Instituto Datafolha ouviu 616 eleitores na capital pernambucana, entre os dias 2 e 4 de julho. A margem de erro da pesquisa é de quatro pontos percentuais para mais ou menos. O levantamento foi publicado pela Folha de S. Paulo e registrado na Justiça Eleitoral sob o nº PE-09910/2024.

Governo retoma investimento no complexo científico Sirius e inicia construção do Orion

Na última quinta-feira (4), o governo federal lançou em Campinas (SP) a pedra fundamental do Orion, complexo laboratorial para pesquisas avançadas em patógenos, organismos causadores de doenças. A infraestrutura será o primeiro laboratório com nível de biossegurança 4 (NB4) da América Latina e o primeiro a estar conectada a uma fonte de luz síncrotron, o Sirius, que funciona no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), organização social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Com previsão de ser concluído em 2026, o Orion será uma estrutura com 20 mil m². O laboratório foi incluído no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e receberá R\$ 1 bilhão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A cerimônia de lançamento teve a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e da ministra do MCTI, Luciana Santos, que também conheceram as pesquisas desenvolvidas no Sirius e os laboratórios da instituição.

De acordo com o presidente Lula, o lançamento da pedra fundamental representa a determinação do governo em transformar o país por meio da educação.

“Não faltará dinheiro para a educação neste país. A educação é o oxigênio que faltou para o povo brasileiro na época da Covid; a educação é a inteligência que não deixaram o povo adquirir na época da escravidão. A educação é o passaporte que a gente pode garantir para o futuro deste país”, ressaltou.

A ministra Luciana Santos frisou que o Orion traz soberania ao Brasil na pesquisa, combate a doenças e cuidado com a população. Ela também detalhou os repasses ao NB4 e ao Sirius.

“O Orion foi incluído no novo PAC e vai receber R\$ 1 bilhão até 2026. Ano passado, investimos R\$ 200 milhões e, em 2024, R\$ 300 milhões foram autorizados. Sobre o Sirius, até junho de 2024 foram repassados R\$ 12,5 bilhões para a fase 1 do acelerador de partículas e R\$ 125 milhões para a fase 2, estando previstos mais R\$ 675 milhões para a conclusão da fase 2, majoritariamente com recursos do FNDCT”.

INVESTIMENTO DO ESTADO

Ao lançar a pedra fundamental do laboratório Orion, o presidente Lula retomou um projeto que vai integrar o maior complexo de pesquisa científica da América Latina, o Sirius, parte do CNPEM.

No governo anterior, os investimentos na expansão do Sirius estavam parados, devido ao contingenciamento de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), conforme lembrou a ministra Luciana Santos ao discursar durante a cerimônia.

“Nós estamos tentando fazer uma recuperação do tempo que nós perdemos ao longo de tantos e tantos anos”, disse Lula. “Este país não pode retroceder, este país tem que se transformar em um grande país, numa economia forte, de um povo informado e bem preparado, e isso depende de gente inteligente como vocês”, finalizou Lula, dirigindo-se à plateia composta por pesquisadores, alunos, professores e técnicos do complexo Sirius.



Amauri Pollachi do Observatório Nacional das Águas

MPF investiga Fraport por enfraquecimento do sistema de proteção contra cheias em Porto Alegre

O Ministério Público Federal (MPF) vai apurar se as obras realizadas pela Fraport no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, enfraqueceram o Sistema de Proteção Contra Cheias (SPCC) da cidade e contribuíram para aumentar os danos causados pelas enchentes. No pedido de investigação feito pelo deputado estadual Matheus Gomes (PSOL-RS), foi anexada uma série de documentos que demonstram a atuação indevida da concessionária, em descumprimento às orientações do antigo Departamento de Esgotos Pluviais (DEP).

A investigação suspeita que a Fraport, que venceu o leilão do aeroporto em 2017, tenha criado um sistema de drenagem próprio que funcionava como uma espécie de “concorrente” do SPCC, sem que tenha havido a devida fiscalização por parte da prefeitura. Como o SPCC

corta o território do aeroporto, as obras da Fraport precisavam levar isso em consideração, para evitar um aumento da demanda na Estação de Bombeamento de Água Pluvial 6 (Ebp6) e garantir a drenagem em avenidas-chave para a Zona Norte da cidade.

Matheus Gomes destaca, ainda, que o Conduto Forçado do Arroio Areia foi modificado à revelia das diretrizes legais, o que fez com que as águas do arroio e da estação de bombas Silvío Brum fossem descartadas dentro do aeroporto. “Essas e outras alterações fizeram Porto Alegre perder a capacidade de planejamento da área, pois não se tem precisão sobre qual é a contribuição das águas drenadas do aeroporto ao Rio Gravataí e ao sistema de drenagem ordenado pelo SPCC. A prevenção foi para o ralo”, disse Gomes.

Os documentos também

foram enviados ao ministro Paulo Pimenta, da Secretaria Extraordinária de Apoio ao Rio Grande do Sul, à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e ao Ministério Público do Estado. Segundo o deputado, o andamento da investigação pode agilizar a reabertura do aeroporto — considerada fundamental para a economia gaúcha — e “modificar os termos da negociação entre Fraport e o governo federal”. Ele pede também que a concessionária arque com os custos da reforma.

Em nota, a Fraport disse que o sistema de micro e macrodrenagem no aeroporto “trouxe benefícios diretos à população do entorno, foi devidamente autorizado e acompanhado pelas autoridades, tendo como premissas principais manter as condições de projeto do entorno do aeroporto e a segurança operacional das atividades aeroportuárias”.

“O neoliberalismo arrasa a indústria nacional e desumaniza o trabalho”



‘Unidade entre empresários e trabalhadores amplia o clamor contra juros absurdos’, diz Adilson

Em entrevista exclusiva para o HP, Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), fundamentou a proposta de unidade entre os trabalhadores e empresários da indústria, aclamada no Seminário Nacional em Defesa da Reindustrialização do Brasil, realizado no dia 11 de junho, sob seu patrocínio. “Chegou a hora de ampliar o coro contra as taxas de juros absurdas”, afirmou.

Adilson defendeu o legado deixado por Getúlio Vargas e a necessidade de “nos apropriarmos dessa experiência”, que possibilitou que o Brasil, durante 50 anos, tivesse o PIB que mais cresceu no planeta. Declarou que a política macroeconômica definida no Consenso de Washington arrochou principalmente os trabalhadores, mas também arruinou a burguesia industrial.

Leia a seguir a entrevista na íntegra:

HP – Qual o saldo que a CTB espera com a realização desse debate entre as confederações de trabalhadores e a CNI?

Adilson Araújo – É chegada a hora de ampliar o coro contra as taxas de juros absurdas e pôr fim à autonomia do Banco Central. Um banco central precisa estar em sintonia com o presidente eleito, que defende menor taxa de juros, maior oferta de crédito para estimular os investimentos privados. Esse precisa ser o clamor Nacional: fora Roberto Campos Neto.

HP – E as propostas?

Adilson – O seminário objetivou também aprofundar o debate sobre a necessidade da reindustrialização do país e estratégias para o novo projeto Nacional de Desenvolvimento. Retomar, com celeridade, o Programa de Aceleração do Crescimento atribuindo valor nos investimentos, com compras do Estado prioritariamente às empresas de conteúdo nacional, créditos para indústria a juros decentes.

HP – Os sindicalistas estão propondo unidade com os empresários no árido terreno macroeconômico?

Adilson – No ‘Consenso de Washington’, juros altos para alimentar capital especulativo externo, câmbio livre e política de cortes para fazer superávit primário, só quem está ganhando são os bancos e rentistas. A opção pela manutenção de uma taxa básica de juros elevada tanto restringe o consumo como inviabiliza toda e qualquer possibilidade de retomar a rota de crescimento, assim como os investimentos. A gente sabe que uma taxa de juros do tamanho que se pratica no Brasil só serve para alimentar o apetite e a ganância daqueles que seguem sugando os cofres públicos, até porque para muitos empresários fica mais lucrativo comprar títulos da dívida pública do que investir na produção. Não acreditamos que o Brasil vá retomar a sua capacidade produtiva patrocinando uma taxa de juros maior do que a dos países em guerra. A manutenção dessa política de juros altos só serve para alimentar o ranço rentista e a financeirização.

HP – E a questão da independência do BC?

Adilson – Discutimos também essa questão. De fato, cobrar redução da taxa de juros, ou reclamar que é muito elevada, é um tanto contraditório com a defesa da autonomia do Banco Central. O BC tem seu dinamismo, todavia não pode ser um entrave para a postulação de um projeto Nacional de Desenvolvimento, definido nas urnas. Não há como empoderar um governo democrático popular sobre as amarras do Banco Central.

HP – E qual o horizonte dessa política?

Adilson – A política econômica brasileira já serviu de modelo para inúmeros países. Durante 50 anos, de 1930 a 1980, o Brasil superou o mundo com o maior crescimento no PIB de todo planeta. É preciso reconhecer o que fez Getúlio Vargas e a importância e o papel que tem a indústria no desenvolvimento nacional. É preciso discutir de que modo a gente pode se apropriar dessa rica experiência. Ela, adaptada à nova realidade patrocinada pelas mudanças tecnológicas, certamente servirá como base fundamental para que a gente sacuda a poeira e dê a volta por cima. Eu penso que o evento é promissor nesse sentido. Ele nos vocaciona a compreender que vai ser muito bom travar a luta de resistência e conscientizar o povo do quanto reindustrializar o país faz bem para a democracia, a soberania e a nação brasileira.

HP – E aí? Tem jogo?

Adilson – Nós reconhecemos que a quem mais interessa essas mudanças na política econômica são aos trabalhadores, porque é quem mais sofre com o desemprego, a informalidade, a ausência do Estado na educação, saúde e segurança. Mas se você se coloca no lugar do industrial, vê que também para ele é uma questão de sobrevivência. A indústria está definindo.

O neoliberalismo está empurrando o Brasil para trás, vamos virar exportadores de produtos primários. Nós temos um enorme potencial para desenvolver nossas forças produtivas: a autossuficiência na exploração do petróleo através do Pré-sal, a vasta diversidade e capacidade de produzir energias limpas e renováveis de baixo carbono, o nosso potencial marítimo da Amazônia Azul, são alguns exemplos. É fundamental que a gente enxergue que é possível recuperar esse tempo perdido, até porque o abandono dessa política colocou o Brasil num posto de estagnação.

HP – Como seria essa unidade?

Adilson – Não é a primeira vez que buscamos construir um pacto para salvar o país. Repito: é preciso compreender que o Brasil precisa retomar o trilho do desenvolvimento e a participação possível nessa hora é exatamente compreender que, para o Brasil dar um salto de qualidade, tem que romper com essa política macroeconômica excludente. Um pacto entre o Estado Nacional e o setor produtivo, em aliança com a sociedade e a classe trabalhadora é mais do que necessário para os desafios contemporâneos. É exatamente enxergando essas dificuldades que nós precisamos ajustar os ponteiros.

CNTI



José Reginaldo, diretor de formação sindical da CNTI e da Nova Central



Para presidente do Sindicato dos Engenheiros, leilão fracassado reforça equívoco em privatizar Sabesp

Publicamos, a seguir, artigo de Murilo Pinheiro, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (Seesp) e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Segue artigo abaixo:

O que pretendia ser uma apoteose privatista para os entusiastas da entrega ao mercado do patrimônio público acabou com uma grande frustração. A oferta de 15% das ações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) feita na sexta-feira (28/6) teve como único comprador interessado o grupo Equatorial Participação e Investimentos. Sozinho na disputa, esse ofereceu R\$ 67,00 por ação, rebaixando consideravelmente o valor das ações da empresa, negociadas por R\$ 74,97.

Em princípio, esse primeiro lote só poderia ser adquirido por organizações com experiência no setor de saneamento, o que dificilmente se pode afirmar sobre a Equatorial, cujas credenciais são a operação, há menos de dois anos, em 16 cidades do estado do Amapá, incluindo a capital, onde os indicadores são os segundos piores do Brasil, conforme pontuou, em entrevista ao ICL Notícias, Amauri Pollachi, consul-

tor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Ele destaca ainda mais um absurdo: a Equatorial desembolsará, para se tornar controladora da Sabesp, R\$ 6,5 bilhões, o que equivale a cerca de dois anos de lucros da empresa de saneamento, que é uma das maiores do mundo.

Apesar do fiasco financeiro e estratégico, nesta segunda-feira (19/7) teve início a oferta de mais 17% das ações, que poderão ser adquiridas por quaisquer investidores. Se mantiver o calendário da desastrosa operação, no dia 19 de julho, o governo venderá parte do que detém da Sabesp, mantendo apenas entre 22% e 18% da companhia que hoje pertence ao povo paulista.

A partir daí, embora vá manter algumas prerrogativas cosméticas, como vetar a mudança de nome da empresa, o governo estadual abandona sua responsabilidade com o saneamento básico da população, que ficará à própria sorte, lidando com o amadorismo e a busca desenfreada por lucros de uma empresa privada sem tradição no ramo. A previsão, a se julgar pelo que acontece ao redor do mundo, é elevação das tarifas, falta de

investimentos e queda drástica na qualidade dos serviços.

Ainda há tempo para que o governo recobre a razão e recue nesse mau passo inacreditável para quem deseja estar à frente da gestão pública. Caso contrário, restará o caminho da judicialização, já que as irregularidades se avolumam no processo de privatização da Sabesp. O Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) já anunciou que fará representação contra a venda da Sabesp junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e ao Ministério Público Estadual (MPE), dado o flagrante prejuízo que se anuncia.

Além disso, do estudo de viabilidade à aprovação da privatização da Sabesp na Assembleia Legislativa e depois na Câmara Municipal de São Paulo, há inúmeros questionamentos na Justiça, que podem a qualquer tempo inviabilizar um processo que jamais deveria ter sido proposto.

Cabe à sociedade seguir atenta e mobilizada em defesa do saneamento público e universal. Sigamos nesta luta.

Murilo Pinheiro
Presidente do SEESP

José Reginaldo, diretor da CNTI, fala sobre a construção da unidade entre trabalhadores e empresários em defesa da indústria nacional

José Reginaldo, diretor de formação sindical da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) e da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), em entrevista exclusiva ao HP, avaliou que os debates no Seminário pela “Reindustrialização do Brasil” amadureceram a consciência da “necessidade urgente” do renascimento da indústria nacional.

Declarou esperar que a proposta de um “novo consenso” feita pelo representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Rafael Lucchesi, floresça e passe a ser “a prioridade no entendimento entre empresários e trabalhadores”, rompendo assim “os laços de subordinação aos especuladores internacionais”. Reginaldo disse, ainda, que “a nova indústria nacional deverá dar à luz relações de trabalho humanizadas”. O seminário foi realizado em 11 de junho, na sede da CTB.

Leia, abaixo, a íntegra da entrevista:

HP – O sr. está de acordo com a proposta do representante da CNI de “construirmos” um novo consenso?

José Reginaldo – Ouvimos neste seminário um dos principais quadros da CNI. Destaco na sua avaliação que as orientações do chamado “Consenso de Washington” prejudicaram tremendamente a atividade industrial em nosso país. Sr. Lucchesi propõe a construção de um novo consenso. Não mais entre banqueiros e megacorporações multinacionais como, penso eu, foi o “Consenso de Washington”. Entendemos que o propósito foi um pacto entre lideranças sindicais e setores empresariais filiados à CNI, para lutar contra a especulação financeira. Os dados aqui trazidos por ele sobre o desempenho da atividade industrial são aterrosos. O Brasil, que recebeu, na década de 70, técnicos do mundo inteiro para estudar nossa experiência, que já teve o 4º ou o 5º parque industrial do mundo, hoje tem o 10º, ou o PIB que já foi maior que o da China e da Coreia somados, há 40 anos se arrasta a menos de 2% ao ano.

HP – Faz 40 anos que o Brasil está estagnado. A responsabilidade principal não é dos próprios empresários?

JR – O neoliberalismo, envernizado em 1979, foi o ópio das elites nacionais que pautou o retrocesso colossal da economia brasileira com base no tripé macroeconômico – valorizaram artificialmente a moeda, encareceram nossos produtos, subsidiaram as importações, especularam com os juros e adquiriram, fecharam ou transformaram as nossas indústrias em montadoras. A indústria nacional foi arrasada. O seminário explicitou a consciência da possibilidade de unirmos forças: governo, trabalhador e empresário, numa grande

frente para reindustrializarmos o país, construirmos uma nova indústria.

HP – Quais as principais reivindicações dos trabalhadores neste pacto?

JR – É uma luta comum contra a especulação, o rentismo e os monopólios estrangeiros. Não estamos aqui numa negociação coletiva. Se foi ruim para a indústria nacional, foi desastroso para o trabalhador, pois, conseqüentemente, a qualidade da proteção social do trabalho foi bombardeada por todos os ângulos. A precarização do trabalho virou um mal que contagiou todo mercado de trabalho, seja através da informalidade, assumida ou mascarada, da terceirização indiscriminada, do trabalho intermitente. Isso tudo, acrescido do sufocamento financeiro das entidades sindicais e dos obstáculos ao acesso à justiça do trabalho.

HP – Mas a indústria não pode crescer voltada para o mercado externo, para as exportações?

JR – Se pudesse, a velha república estaria aí até hoje. Mercado interno é soberania e desenvolvimento. A industrialização no Brasil foi criada com a rede de proteção social. Da mesma forma, foram destruídas conjuntamente. A construção de um novo consenso ou de um pacto entre a indústria e o trabalhador também requer uma abordagem global. Não estamos colocando uma coisa dependendo da outra, pois achamos que tanto uma como outra beneficiam a ambos. É o círculo virtuoso da economia, onde o aumento da demanda gera produção, que gera mais empregos e mais produção. Trata-se, no entanto, de reconquistar a dignidade do trabalhador industrial. Ao fazer isto, o trabalhador se torna a força motriz efetiva para que esse pacto tenha sucesso.

HP – Quer dizer que não há diferenças entre a CNTI e as posições do Sr. Lucchesi, da CNI?

JR – Na luta pelo desenvolvimento nacional, não. Por isso, o pacto é fundamental porque é fundamental unirmos forças para restabelecermos o papel prioritário da produção, que confere qualidade e técnica para agregar valor no produto produzido. Então, a indústria tem essa caracterização: quando você agrega técnica e qualidade, você está falando de uma indústria humanizada, uma indústria cuja dignidade é fator preponderante, presente na sociedade e contribuindo para a soberania do país. Devemos caminhar para ter, por parte da CNI, disposição de construir um novo consenso que promova não só a reindustrialização do país, mas uma nova indústria que dê dignidade no processo produtivo.

CARLOS PEREIRA

Motoristas de ônibus de São Paulo garantem acordo e suspendem greve

Após negociarem em acordo na noite nesta terça-feira (2) a redução da jornada, além do aumento na proposta de reajuste salarial, os motoristas de ônibus de São Paulo suspenderam a greve marcada para esta quarta-feira (3).

A greve havia sido mantida após a audiência de mediação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) entre a diretoria do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo (SindMotoristas) e o sindicato patronal terminar sem avanços para os trabalhadores, mas, a noite, um acordo costurado com a mediação do presidente da Câmara Municipal, vereador Milton Leite, mudou a situação.

Uma das questões da pauta conquistadas pela categoria é o retorno dos 30 minutos de descanso remunerados na jornada de trabalho.

Segundo o sindicato, também ficou decidido o reajuste do Vale Refeição de R\$ 33,37 para R\$ 35,50 e reajuste salarial de 3,60% mais a diferença da composição pelo Salariômetro,

cujo índice será fechado em setembro. Os benefícios serão pagos de forma retroativa à data-base da categoria em 1º de maio.

Ao final da reunião, o presidente do SindMotoristas, Edivaldo Santiago, destacou a importância do acordo. “Foi muito importante o resultado, pois o retorno dos 30 minutos remunerados é bastante esperado pela categoria, assim como as demais conquistas. As conversas não param, pois temos outros itens a reivindicar. Prometemos para a categoria que lutaríamos pelo resgate de suas conquistas, e estamos fazendo”, disse.

Ele esclareceu que, no entanto, antes da implantação definitiva do benefício haverá um período de transição das empresas, aprovação da redação da cláusula e homologação do mesmo junto ao Tribunal Regional do Trabalho.

Na próxima quarta-feira (10), haverá uma reunião entre o presidente da Câmara, Milton Leite, representantes do Sindicato e membros do setor patronal para formalizar as propostas acertadas na reunião.



C.P

Empresários e trabalhadores se unem contra o “argentinicídio” de Milei



Netanyahu com mapa do plano de anexação UE condena maior assalto de território palestino aprovado por Netanyahu

Os chanceleres da União Europeia, Josep Borrell, e da Noruega, Barth Eide, condenaram mais um crime do governo de Netanyahu, que aprovou ainda verba para a construção de mais 6.000 unidades residenciais nas terras assaltadas aos palestinos.

A construção em território ocupado é considerada crime de guerra pelas Convenções de Genebra e, neste caso, vem junto com o confisco de 1.270 hectares na Cisjordânia palestina. É a maior porção de território palestino usurpada de uma vez em três décadas e que passa a ser reconhecido pelos criminosos como “terra estatal de Israel”. No mesmo decreto, são aprovados cinco novos assentamentos judaicos ilegais na região.

“A União Europeia condena a planejada legalização de cinco assentamentos israelenses e o anúncio da construção de milhares de novas casas na Cisjordânia ocupada. A UE condena também veementemente as contínuas políticas de desapropriação levadas a cabo na Cisjordânia ocupada pelo atual governo israelense. Os esforços em curso para estabelecer assentamentos no terreno e que correm o risco de levar a uma anexação de fato devem cessar”, afirmou Borrell em declaração do seu Gabinete.

Nesse sentido, lembrou que os líderes da UE apoiam a Autoridade Palestina contra este tipo de ações que a “enfraquecem”, e que constituem também uma “grave violação do Direito Internacional”, que “mina os esforços para alcançar uma paz duradoura através da Solução de Dois Estados, com o estabelecimento do Estado da Palestina com Jerusalém como capital.

“Apelamos a Israel para que reverta estas decisões. Em linha com a sua posição de longa data e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, a UE não reconhecerá alterações nas fronteiras de 1967, a menos que assim o acordem as partes”, acrescentou.

ANEXAÇÃO ACELERADA

A informação sobre o assalto à propriedade palestina foi divulgada pela organização israelense de direitos humanos Shalom Achshav (Paz Agora), que monitora a atividade de assentamentos israelenses na região, aumentando a repercussão do fato, abafado pela mídia ocidental.

Shalom Achshav destacou que a prática de declarar terras como estatais é um dos principais métodos que o Estado de Israel utiliza para exercer controle sobre áreas nos territórios ocupados. A decisão de 25 de junho só foi publicada oficialmente na quarta-feira (3).

“Essas terras declaradas como estatais não são mais consideradas propriedade dos palestinos pelas autoridades israelenses. Além disso, Israel arrenda essas terras estatais exclusivamente aos israelenses”, ressaltou a organização.

A atividade desses assentamentos é reconhecida pela comunidade internacional como um obstáculo na busca pela paz com os palestinos, que denunciaram essa expansão como uma política de consolidação do governo genocida de Netanyahu nos territórios ocupados.

Os palestinos, como parte do processo de paz com Israel, atualmente suspenso, exigem que as futuras fronteiras entre os dois Estados soberanos sigam as linhas anteriores à Guerra dos Seis Dias (1967), com possíveis trocas de territórios.

Eles esperam criar um estado na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com Jerusalém Oriental como capital. Israel, no entanto, se recusa a retornar às fronteiras de 1967 e a dividir Jerusalém, que já declarou como sua “capital eterna e indivisível”, incluindo a anexação da Jerusalém Oriental de maioria árabe.

NORUEGA CONDENA USURPAÇÃO

A Noruega condenou a “legalização” dos assentamentos em território palestino sob ocupação. O ministro do Exterior da Noruega, Barth Eide considerou, nesta quinta-feira, o decreto “totalmente inaceitável”.

Foi na capital norueguesa de Oslo que foram firmados os acordos de paz entre o israelense Itzhaq Rabin e o palestino Yasser Arafat. Por campanha dos colonizadores judeus encabeçada por Netanyahu, que Rabin acabou assassinado por um terrorista judeu, Ygal Amir.

Barth Eide acrescentou que seu país condena também a construção de milhares de unidades residenciais na Palestina para transformar em moradia de judeus ocupantes usurpadores.

Ele repercutiu a fala de Borrell denunciando que esta é mais uma medida que mina os esforços internacionais pela paz na região e exigiu, em nome da lei internacional e das resoluções da ONU, que as decisões criminosas do atual governo israelense sejam revertidas.

“Israelenses de palestinos merecem viver suas vidas em paz e segurança, com Liberdade, dignidade e direitos iguais. A Solução dos Dois Estados é a única viável”, disse Eide, cujo país deu seu pleno reconhecimento ao Estado da Palestina em maio deste ano.

ATAQUE GENOCIDA

As forças de ocupação israelenses cometeram quatro massacres contra famílias na Faixa de Gaza nas últimas 24 horas, resultando na morte documentada de pelo menos 58 palestinos e no ferimento de outros 179, de acordo com fontes locais.

Autoridades do Ministério da Saúde confirmaram que o número de mortos palestinos pelo ataque genocida israelense desde 7 de outubro aumentou para 38.011 fatalidades confirmadas, com mais 87.445 indivíduos sofrendo ferimentos. A maioria das vítimas são mulheres e crianças.

Enquanto isso, equipes de ambulância e resgate ainda não conseguem chegar até muitas vítimas e corpos presos sob os escombros ou espalhados nas estradas do enclave devastado pela guerra, já que as Forças de ocupação israelenses continuam a obstruir o movimento das equipes de ambulância e defesa civil.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Reprodução



Kicillof abriu II Congresso Produtivo de Buenos Aires destacando a indústria

“80% dos palestinos na Faixa de Gaza estão forçosamente deslocados”, denuncia ONU

Coordenadora da ONU para Ajuda Humanitária a Gaza, Sigrid Kaag, declara que o ataque israelense a Gaza mergulhou sua população em um “abismo de sofrimento na mais profunda das crises humanitárias”.

Na Faixa de Gaza, cerca de 1,9 milhão de palestinos, ou seja, 80% da população total da região, foram forçosamente deslocados devido à ofensiva militar genocida de Israel, denunciou a Coordenadora Sênior de Reconstrução e Ajuda Humanitária das Nações Unidas para Gaza, Sigrid Kaag, perante o Conselho de Segurança da ONU (CSNU).

Ao se dirigir ao Conselho em um relatório sobre a situação no Oriente Médio, a Coordenadora afirmou: “Os civis palestinos de Gaza foram mergulhados em um abismo de sofrimento. Seus lares destruídos, suas vidas destruídas. A guerra em Gaza não apenas criou a mais profunda das crises humanitárias, mas desencadeou um turbilhão de miséria humana. O sistema de saúde entrou em colapso, escolas foram destruídas e o sistema educacional interrompido ameaça as gerações futuras”.

“Mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas mais uma vez, buscando desesperadamente abrigo e segurança; 1,9 milhão de pessoas estão agora deslocadas em Gaza”, acrescentou, expressando sua profunda preocupação “sobre os relatos de novas ordens de evacuação israelenses emitidas na área de Khan Yunis, no sul da Faixa de Gaza, e seu impacto na população civil”.

“É necessário um fluxo



Bombardeio de Netanyahu a Gaza gera 17 mil orfãos

sustentado de assistência a Gaza para entregar quantidade e qualidade de bens em todas as travessias terrestres e marítimas, incluindo a travessia de fronteira de Rafah”, assinalou, destacando que “desde o início da operação militar israelense em Rafah e o subsequente fechamento da passagem de fronteira de Rafah no início de maio, o volume de ajuda que entra e é distribuída por Gaza caiu significativamente”.

Nesse contexto, Kaag apelou à “abertura de travessias adicionais, especialmente para o sul de Gaza, e à consideração do movimento de ajuda do norte para o sul de Gaza”, alertando que embora a assistência humanitária seja necessária nos próximos anos, “o planejamento e a preparação para a rápida recuperação e reconstrução de Gaza são essenciais”.

Ela enfatizou que a reconstrução em Gaza significa, entre outras coisas, abrigo digno, em um momento em que casas mais permanentes devem ser construídas ou reforma-

das; sistemas básicos de saúde, saneamento e água restaurados; escolas e espaços de ensino superior reabilitados; e atenção e apoio especiais fornecidos a aproximadamente 17.000 crianças órfãs por conta da guerra genocida israelense em andamento.

Na conclusão de seu relatório, Kaag incluiu uma carta em árabe que recebeu durante uma de suas visitas à Faixa de Gaza de uma menina de oito anos chamada Fatima al-Masry, na qual disse: “Eu amo meu país e amo meus amigos. Eu vivo em um acampamento e desejo viver em minha casa como o resto das crianças”.

O Ministério de Saúde de Gaza informou, nesta quarta-feira, que o número de mortos na Faixa de Gaza subiu para 37.953, a maioria deles mulheres e crianças, desde o início da agressão genocida israelense, em 7 de outubro de 2023. Também registrou que o número de feridos aumentou para 87.266, enquanto há milhares de vítimas sob os escombros.

EUA participa do genocídio de Israel em Gaza com envio de 14 mil bombas de 1t

A Reuters dimensionou na semana passada a contribuição direta dos EUA no genocídio em Gaza, registrando que o governo Biden enviou a Israel mais de 14.000 bombas de quase 1 tonelada – usadas contra uma das áreas de maior densidade populacional do planeta -, 6.500 bombas de 250 kg, 3.000 mísseis guiados Hellfire e 1.000 bombas destruidoras de bunkers, além de 2.600 bombas de pequeno diâmetro, são números fornecidos por autoridades norte-americanas falando sob anonimato à agência britânica.

Assim, pode-se dizer que o sangue de cada um dos mais de 37 mil palestinos mortos em Gaza pelos bombardeios coloniais israelenses, ou dos mais de 85 mil feridos, está indelevelmente marcado nas mãos de Biden e de seus principais auxiliares no Pentágono e na política externa.

Cada uma dessas 14.000 bombas de 1 tonelada, quando lançada em um quarteirão de uma cidade, danifica quase todos os edifícios dali, o que explica as fotos que mostram a devastação na Cidade de Gaza, Rafah ou Khan Younis.

São bombas que podem rasgar aço e concreto espessos. O raio de explosão desse artefato é de até 150 metros, sendo altamente letal até 75 metros. Em alguns casos, elas podem



Beit Lahia, em Gaza, arrasado por bombas dos EUA

ser letais a até 1.200 metros de distância. Um dos usos mais notórios dessa classe de arma foi o ataque de 31 de outubro que destruiu o campo de refugiados de Jabalia, matando ou ferindo mais de 400 pessoas.

O fato de que os EUA deram a Israel mais bombas de 1 tonelada do que todos os outros tipos de bombas e mísseis combinados evidencia que o objetivo de Washington era arrasar Gaza até o chão, como fez Netanyahu. Em janeiro, segundo a BBC, mais da metade dos prédios de Gaza haviam sido destruídos ou danificados, o que só se alastrou desde então.

A revelação do mix de bombas e mísseis fornecidos por Biden expõe a fraude completa das alegações da Casa Branca de que se oporia a “bombardeamentos indiscriminados contra civis”. Bombas arrasadoras, lançadas contra bairros apinhados de gente, só servem para isso, para perpetrar carnificina.

Na realidade, as débeis alegações só foram feitas para servir de alibi para Biden caso a investigação da Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU sobre o genocídio prospere.

O “esclarecimento” sobre o fluxo de armas dos EUA para Israel teve, aparentemente, como motivação os reclamos de Netanyahu de que Biden estaria segurando as bombas, por causa do bombardeio a Rafah. De acordo com a agência britânica, os totais sugerem que não houve queda significativa no apoio de Washington ao genocídio, apesar do apelo mundial para limitar a entrega de armas.

Em encontro que reuniu trabalhadores, empresários e prefeitos, Kicillof, governador de Buenos Aires, conclamou argentinos a se mobilizarem contra Milei que, ao estrangular o Estado, “agride e fecha empresas”

O governador da província [Estado] de Buenos Aires, Axel Kicillof, apresentou os dados da devastação causada pelo “argentinicídio de Milei: perda de 20% nos salários, queda de 5,1% no primeiro trimestre de seu governo, demissões em massa e cortes na saúde, educação e desenvolvimento de tecnologia.

Kicillof afirmou que o momento é de unir o setor produtivo, empresários e trabalhadores frente aos ataques movidos para barrar o modelo que “agride e fecha empresas” imposto por Milei.

DEFENDER A INDÚSTRIA

Diante de mais de dois mil empresários, sindicalistas, cooperativistas, estudantes universitários, cientistas e autoridades da província, Kicillof alertou para o atropelo do ajuste fiscal encaminhado pelos entreguistas. “É um perigo que nos apresentem como paraíso um país que se dedica às atividades primárias, quando no mundo inteiro é a era do nacionalismo. É o que temos que defender, porque defender a indústria é defender o Estado, defender o Estado é defender a Nação, e para defender a Nação é preciso ser muito argentinos”, enfatizou o governador, aplaudido entusiasticamente pelos participantes do Congresso Produtivo Buenos Aires, em Mar del Plata.

Reiterando que a ideologia de Milei é “anacrônica e descabida”, sublinhou que já mostra as suas consequências. Destacou que as estatísticas dos salários formais e informais “demonstram um ataque frontal às grandes maiorias argentinas”, já que caíram mais de 20%. Como isso traz consigo a queda do consumo, das vendas e da renda de todos os produtores que vendem para a sociedade, Kicillof alertou: “Eles estão quebrando o aparato produtivo, a renda, as famílias e os lares. Atentam contra a vida, o trabalho, a indústria, a produção e a dignidade, com um modelo que ataca, prejudica e fecha empresas”.

Como assinalaram os participantes do evento, a província de Buenos Aires possui uma matriz que coloca a produção no centro e a torna o coração produtivo da Argentina. Isto representa, por exemplo, 38% da população, 36% do PIB (Produto Interno Bruto), 50% da indústria de transformação, quase 40% da produção agrícola, 40% do emprego industrial, 40% das exportações, 50% das exportações industriais, tendo localizado em seu território 25 universidades, cujas atividades respondem diretamente às demandas e necessidades da produção.

Diante destes índices, Kicillof apontou que “para a produção e o trabalho o Estado não é algo opcional”, sendo “absurda, absolutamente minoritária e quase inexistente” a ideia de que poderia haver um sistema produtivo sem Estado. E ridicularizou os que com “tanta impunidade e ignorância” falam qualquer coisa.

Esta ideia é uma opinião “tão minoritária” que “quase não é discutida e nem pode ser levada a sério”, completou, mas que na Argentina foi colocada na mesa porque Milei declarou ter vindo para destruir o Estado e age em consonância com esse objetivo.

Após ter visitado cada um dos 135 distritos de Buenos Aires pelo menos três vezes, o governador garantiu que “como província [estado] produtiva nunca vimos ninguém dizer que quer menos do Estado”. Ao

contrário, explicou, quando visitamos os municípios, todos “pedem mais educação pública, mais saúde pública, melhor infraestrutura, melhores rodovias e mais segurança”. “Isso é proporcionado pelo Estado, porque o Estado e o mercado não são contraditórios, para termos mais atividade privada precisamos de um Estado que seja melhor e que alcance mais longe”, apontou Kicillof, rechaçando as demissões do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial e manifestando seu apoio aos que perderam seus empregos.

A província que lidera, frisou, está comprometida com a produção agrícola, mas que pretende “colocar nela todo o trabalho argentino que pudermos”, para gerar matérias-primas valiosas, produzidas em território portenho, com maior valor agregado. “A indústria de Buenos Aires e seus produtores não se rendem nem baixam os braços. Eles se encontram, trocam, refletem, reconsideram e propõem”, comemorou.

Para Kicillof, o Estado, os empresários e os trabalhadores devem andar do mesmo lado, porque governar é encontrar balanço e equilíbrio”. Embora tenha esclarecido a complexidade da conjuntura atual, uma vez que “querem derreter a Argentina”, o governador sustentou ser “hora de ter clareza sobre o que queremos, valorizar o que temos e defendê-lo aconteça o que acontecer”.

Ao visitar ao menos três vezes cada um dos 135 distritos (municípios) de seu Estado, Kicillof verificou que a demanda geral é por “mais educação, mais saúde pública, melhor infraestrutura, melhores rodovias e mais segurança”.

No painel dedicado às pequenas e médias empresas com a participação dos secretários Augusto Costa e Javier Rodrigues, respectivamente de Produção, Ciência e Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Agrário, os empresários condenaram a recente abertura do país às importações e o corte de estímulos às exportações argentinas. Também denunciaram a falta de crédito e mecanismos que compensem a disparada inflacionária.

Da mesma forma como anunciou recentemente que a Província ampliou a lista de medicamentos contra o câncer de alto custo, Kicillof destacou uma ideia: “Não podemos e não queremos substituir o governo nacional, porque nenhuma província pode se arrumar sozinha”. Lembrou que isso não é opcional, porque a Constituição diz que existe um regime federal na República Argentina. “O presidente e o governo nacional devem cumprir a Constituição, porque senão parece que não têm população nem territórios, e não quero me resignar nem que eles sejam afastados de suas responsabilidades. Quando nos convidam a assinar pactos, primeiro dizemos que paguem o que devem, o que trabalharam e o que roubaram de cada província”, acrescentou.

“Temos o mandato de defender a província e a sua identidade, que está inteiramente ligada à produção. Demos um exemplo de solidariedade, ninguém se salva sozinho, temos uma comunidade empresarial e um povo trabalhador solidário, que dará força e resistência na província de Buenos Aires”, concluiu, felicitou a todos por “não se renderem, não baixarem os braços, se reúnem, intercambiam, refletem, recapacitam e propõem”.

China denuncia “chantagem e coersão nuclear da Otan”

“Exigimos que a Otan pare de espalhar falsas narrativas, pare com a chantagem e a coersão nuclear e pare de ir ainda mais no caminho errado”, exigiu o coronel sênior Wu Qian, porta-voz do Ministério da Defesa Nacional da China.

A escalada belicista da Otan contra a China chegou a níveis de ameaça de guerra nuclear quando o Secretário Geral da Otan Jens Stoltenberg anunciou a retirada de mísseis nucleares do armazenamento para colocá-los de prontidão, aventando uma possível guerra contra a Rússia e a China.

Para Wu Qian, a Otan usa muito de acusar a China de ser “uma ameaça nuclear”. O governo chinês se opõe a isso e denuncia que, ao contrário, a ameaça e a corrida armamentista nucleares têm o centro em Washington.

Segundo ele, a Otan estaria nos últimos anos implementando armas nucleares a pretexto de segurança entre países membros, fazendo acordos entre eles para armar países satélites da Otan com armas nucleares dos EUA voltadas para leste.

“Tal comportamento aumenta os riscos de corrida armamentista nuclear e de conflitos, e certamente serão firmemente combatidos pela comunidade internacional,” disse Qian.

Masud Pezeshkian é o novo presidente do Irã, eleito no segundo turno

O deputado Masud Pezeshkian venceu as eleições para presidente no Irã, realizadas na sexta-feira (5), com 16,4 milhões de votos (53,66%), enquanto o diplomata Saïd Jalili recebeu 13,5 milhões de votos. No segundo turno, o comparecimento às urnas foi de 49,8%, quase 10 pontos percentuais mais que o primeiro turno. As eleições foram convocadas em razão da morte inesperada do presidente Ebrahim Rasi em um acidente de helicóptero em maio, um ano antes do fim de seu mandato.

Pezeshkian, de 69 anos, é cirurgião cardíaco, ex-ministro da Saúde e deputado há cinco mandatos, e já havia sido candidato a presidente em duas outras vezes. Dentro do espectro político iraniano, ele é visto como um “reformista”, como o antecessor de Rasi, Hassan Rohani.

Jalili foi o principal negociador iraniano do acordo JCPOA, que aceitou a mais intrusiva fiscalização de programa nuclear pela AIEA já feita, em troca do fim das sanções norte-americanas e europeias contra Teerã, e era considerado nessa eleição o mais identificado com Rasi. Assinado em 2015 por Obama, o JCPOA foi rompido unilateralmente por Trump, mas não restaurado por Biden.

Na campanha, Pezeshkian se disse “um ‘principista’ (pessoa que defende os conceitos que sustentam a República Islâmica) e a partir destes princípios é que buscamos reformas”. Quando ele se candidatou em 2021, seu nome não passou no crivo do Conselho dos Guardiões, que é a estrutural estatal iraniana que define a elegibilidade de um cidadão a cada eleição presidencial.

“Embora seja visto como um homem de mentalidade moderna e altamente educado, ele também é profundamente religioso. Seu uso frequente do jargão empresarial inglês em debates televisados foi equilibrado por recitações do Alcorão, ganhando apoio de eleitores mais conservadores”, observou a Bloomberg.

O líder supremo do Irã, Aiatolá Ali Khamenei, saudou o resultado, assinalando que “com a graça de Deus, a grande nação do Irã realizou eleições livres e transparentes, elegendo um presidente com uma clara maioria de votos”. Ele

Leia mais no site do HP

Frente Popular barra neoliberalismo de Macron e derrota extrema direita



Paris: Franceses celebram a vitória da Frente Popular na Praça da República

Inglês detonam nas urnas o Partido Conservador depois de 14 anos de arrocho

O Partido Conservador foi derrotado nas eleições desta quinta-feira (4) no Reino Unido, com as pesquisas de boca de urna indicando que despencou de 372 para 131 – uma perda de 205 deputados – enquanto os trabalhistas, capitaneados por Sir Keir Starmer, nadaram de braçada, e devem chegar a 410, superando a maioria absoluta, que é de 326.

A eleição poderia ter acontecido até janeiro de 2025, mas o primeiro-ministro Rishi Sunak resolveu antecipar o pleito, e o povo britânico não desperdiçou a oportunidade de se livrar de, como registrou o jornal Morning Star, “14 anos catastróficos, em que os conservadores privaram o setor público de fundos, criando o colapso que agora vemos no SNS, na educação e em todo o poder local; iniciaram ou alimentaram guerras devastadoras, da Líbia, passando pela Síria, Ucrânia, até o Iêmen e Gaza; e executaram uma transferência maciça de riqueza das pessoas comuns para os mais ricos”.

De 2010 em diante, acrescenta a publicação, “este não foi apenas um governo moldando aquilo que o secretário-geral do TUC, Paul Nowak, chama de um país de ‘miséria pública e riqueza privada’, mas um que sistematicamente fez de bode expiatório os vulneráveis por meio da política de crueldade e ódio”.

A economia britânica, que estivera em recessão em 2023, com quedas de 0,3% no quarto semestre, depois de queda de 0,1% no terceiro trimestre, só cresceu 0,6% no primeiro trimestre de 2024.

Sob o impacto das sanções contra a Rússia, no final de 2022 a inflação atingiu um pico de 11%, o maior nível em quatro décadas. Para a maioria, especialmente os servidores públicos, afetados pelo arrocho,

Boeing usa peças defeituosas na montagem dos aviões, denuncia ex-inspetor de controle

Um ex-inspetor da Boeing, denunciou que a empresa onde trabalhou por 30 anos, que partes de aviões inadequadas para uso, eram reusadas na construção de aviões de modelo 787 Dreamliner.

O ex-inspetor da fábrica de Everett, no estado de Washington, relatou que os trabalhadores da fábrica usavam peças de um ferro velho da empresa para a montagem de aviões.

“É um grande problema,” disse Merle Meyers a um entrevistador da CNN. Ele trabalhou na Boeing por 30 anos como inspetor de controle de qualidade. “Um requisito fundamental de um sistema de qualidade é manter as peças ruins e as peças boas separadas.”

A prática de manter peças defeituosas fora dos registros para reuso, segundo Meyers, visou o cumprimento de prazos de produção que eram muito curtos. Ele fez uma estimativa de que cerca de 50 mil peças tiveram controle de qualidade ignorado e foram usadas na montagem de aviões por um período de dez anos.

E-mails foram enviados por Meyers, por anos para a Boeing, relatando essas violações de controle de qualidade e de regras de segurança. Mas nada foi feito. Em um e-mail interno de 2022 enviado para a Boeing,



Inglês fizeram filas para votar contra o governo (Vídeo)

o salário não conseguiu acompanhar a escalada dos preços.

De acordo com a Associated Press, o Instituto de Estudos Fiscais disse em março que o atual Parlamento supervisionou o pior crescimento nos padrões de vida desde pelo menos 1961. Acrescentou que, de 2019 a 2023, o número de adultos que relataram não conseguir aquecer adequadamente suas casas mais do que dobrou.

Ainda segundo a AP, para aqueles com benefícios ou baixa renda, falar sobre mudança ou crescimento parece distante quando é uma luta diária para comprar alimentos básicos e aquecimento. Os mais pobres do Reino Unido – acrescentou – foram desproporcionalmente atingidos pela crise do custo de vida porque gastam uma parcela muito maior de sua renda em itens essenciais.

Mais pessoas estão caindo na pobreza e mais estão recorrendo a bancos de alimentos, de acordo com o Trussell Trust, que administra mais da metade de todos os bancos de alimentos do Reino Unido. A instituição disse que forneceu 3 milhões de cestas básicas emergenciais para pessoas

necessitadas no ano passado – um número recorde – incluindo para mais de 300.000 pessoas que usaram um banco de alimentos pela primeira vez.

Sob tal deterioração das condições de vida, nos últimos dois anos tem havido uma onda de greve como não se via há décadas no Reino Unido.

Ao antecipar as eleições, o primeiro-ministro Rishi Sunak possivelmente se inspirou no mesmo tirocínio político que levou o presidente francês Emmanuel Macron a uma decisão análoga.

O último conservador a ser efetivamente eleito nas urnas havia sido David Cameron, com Theresa May, Boris Johnson, Lis Truss e Rishi Sunak o substituindo via um mecanismo interno do partido.

Cada um deles, um desastre. Johnson, cuja gestão da pandemia causou um número enorme de mortos, em paralelo com as festinhas em Downing Street 10 durante o lockdown, o ‘Partygate’, que acabaria levando à sua queda; Truss, que quase faliu o Reino Unido em uma semana com sua política econômica, e acabou trocada às pressas pelo banqueiro Sunak.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br



Unidade de produção da Boeing na Carolina do Sul

fornecido para a CNN, ele relata que a empresa ignora esforços de assegurar a segurança de passageiros e relatos de testemunhas.

A denúncia de Meyers se soma a várias outras sobre a política de segurança na construção de aviões na Boeing. Atualmente a Boeing está sob investigação sobre fraudes que potencialmente enganado o governo federal nos processos de certificações do modelo de avião 737 Max. Esse modelo esteve envolvido em dois acidentes, um em 2018 e outro em 2019 que tiraram a vida de 346 pessoas.

Em janeiro deste ano uma porta estourou em pleno voo de um avião 737 Max.

Outros denunciantes já relataram mau uso de peças defeituosas na fabricação de aviões. Sam Mohawk, inspetor de qualidade da Boeing, conforme divulgado por um comitê do senado americano que investiga a Boeing, disse que há “uma série de peças não conformes voltando para os aviões para instalação,” ele também disse que o problema de peças defeituosas desaparecendo continua até hoje.

Na semana passada outro denunciante, Richard Cuevas, disse que a Boeing usa peças defeituosas junto com uma fornecedora de peças, a Spirit Aerosystems, com o intuito de reduzir atrasos na produção para acelerar a entrega dos aviões.

A Frente Popular venceu o 2º turno das eleições legislativas com 182 cadeiras na Assembleia Nacional de 577 cadeiras; o partido fascista de Marine Le Pen ficou no 3º lugar, com 143, e o macronismo, com 168

o dirigente comunista. Para ele, “Esta noite, somos capazes de governar e responder às imensas esperanças dos nossos concidadãos. Para nós, chegou a hora de agir a serviço das aspirações que o nosso povo acaba de expressar, da sua necessidade de mudanças profundas e duradouras, da sua expectativa de salários dignos, de empregos de qualidade, de serviços públicos reconstruídos, de proteção em todos os aspectos da sua vida cotidiana”.

“Esta noite a justiça social venceu, a justiça ambiental venceu, esta noite o povo venceu e está apenas começando”, disse à multidão Marine Tondelier, líder dos ecologistas. “É uma grande vitória para a democracia, pertence a todos vocês.”

O DIA SEGUINTE

Na manhã desta segunda-feira, o primeiro-ministro Gabriel Attal apresentou a sua demissão a Macron, que lhe pediu que permanecesse na função “por enquanto” para “garantir a estabilidade do país”. Com a Assembleia Nacional dividida em três blocos, em que nenhum tem os 289 deputados necessários para a maioria absoluta, está colocada a disputa pela indicação do novo primeiro-ministro que, pela tradição, deve caber à coalizão vencedora, a NFP. As forças integrantes da NFP também precisam formalizar o nome que indicam.

Sectores do macronismo apostaram no chamado voto nem-nem, nem a extrema-direita da Reunião Nacional, nem a “extrema-esquerda” da França Insubmissa, acusada de “antisemitismo” por denunciar o genocídio contra os palestinos em Gaza. Na NFP, a LFI, com 71 deputados eleitos, é a maior força, seguida pelos socialistas, ecologistas e comunistas.

Sobre a alternativa de uma composição do macronismo com a NFP, Olivier Faure, primeiro secretário do Partido Socialista (PS), disse à TF1 que os franceses “não entenderiam se governamos juntos”, seria um “confronto eleitoral”.

Ou, dito de outra forma, estelionato eleitoral. Entre os possíveis primeiros-ministros insubmissos, Mélenchon citou Clémence Guetté, Manuel Bompard e Mathilde Panot, e lembrou que “a regra, desde que a Quinta República viveu situações de coabitación, sempre foi, e sem exceção, que o partido que tem maior número de deputados é aquele que tem o primeiro-ministro”.

Marine Le Pen reagiu ao revés, dizendo que “a maré desta vez não subiu o suficiente, mas continua subindo e, consequentemente, a nossa vitória só foi adiada”. Ela lembrou que o resultado “nos permite dobrar o número de cadeiras”.

O acerto da frente republicana para deter o fascismo pode ser aquilatado pelo fato de que, em total de votos, entre os dois turnos a RN variou de 33% para 32%. De acordo com dados oficiais do Ministério do Interior francês, a RN teve 8,7 milhões, seguido por 7 milhões para a NFP e 6,3 milhões para os Juntos. Foram 1,5 milhão de votos para o partido de direita tradicional Os Republicanos (LR) e 1,6 milhão de votos em branco ou nulos.

Em paralelo à retirada de candidatos – 130 da NFP e 80 dos Juntos – para não dividir os votos antifascistas, foi realizado um intenso trabalho de denúncia sobre quem eram realmente os candidatos da Reunião Nacional [...]

Leia mais no site do HP

FINAL DE COPA DO MUNDO

Na praça, “cenas de júbilo dignas de final de Copa do Mundo”, registrou o jornal Liberation, “ao som das buzinas dos táxis, dos ciclistas e das canções de alegria dos apoiadores”.

“O resultado desta noite é retumbante e devemos isso a todos”, assinalou a deputada Mathilde Panot, ex-presidente da LFI na Assembleia Nacional. “Você não está sozinho, milhões de nós se recusaram a permitir que o ódio racista chegasse ao poder”.

“Este 7 de julho ficará para a história. Graças aos milhões de cidadãos que se mobilizaram entre os dois turnos, a Reunião Nacional não tem a hegemonia que sonhava”, disse aos manifestantes o secretário nacional do Partido Comunista Francês, Fabien Roussel.

“O Presidente da República está derrotado esta noite. Os eleitores sancionaram fortemente Emmanuel Macron e uma política inteiramente dedicada aos interesses dos mercados financeiros”, acrescentou

Campos Sales, Murтинho e o retrocesso do Brasil - (4)

Continuação da edição anterior

Há dois aspectos nucleares em torno dos quais a política de Murтинho orbita. O primeiro é a desnacionalização, isto é, a alienação do país. (...) O outro aspecto é o ataque à indústria, aspecto que é combinado com o anterior, pois seu objetivo é, exatamente, favorecer a indústria inglesa. Para isso, é essencial que sejamos um país agrícola, sem manufaturas ou com raras manufaturas, importando produtos industriais da Inglaterra, ou, talvez, dos Estados Unidos

CARLOS LOPES

Ao fim do governo Campos Sales, o crédito estava tão morto que nem a oligarquia cafeeira – os fazendeiros que produzem café – conseguiam financiar sua lavoura.

O que obrigou o presidente seguinte, Rodrigues Alves, um fazendeiro de café de Guaratinguetá, a resgatar o Banco da República, como instituição pública, estatal, agora com o nome de **Banco do Brasil**.

“É conhecida a predileção fanática do atual Ministro da Fazenda pelo princípio da seleção natural; princípio proveitoso em relação aos irracionais, cujo desenvolvimento físico é condição única de sua superioridade, mas sempre absurdo, insensato, quando se trata do homem e da sociedade, cujo principal objetivo é o aperfeiçoamento intelectual e moral. Como professor da Escola Politécnica, ou no exercício da sua profissão de médico, e especialmente no tirocínio da sua carreira política, S. Ex.^ª tem a todo propósito preconizado a aplicação da seleção natural” (p. 462).

Porém, não escapa a Vieira Souto que esse apego à seleção natural não é caprichosa filosofia, ou apenas convicção pseudocientífica, mas racionalização da luta de classes, ideologia de domínio dos supostamente fortes – o imperialismo, as finanças estrangeiras – sobre o povo brasileiro:

“Belo ideal republicano, edificante orientação de um governo democrático que se extasia ante a eliminação dos humildes, suplantados pelos poderosos! Vão lá dizer ao Ministro da Fazenda que esses que S. Ex.^ª diz que não tinham condições de vida, haviam vivido e prosperado antes da má sina lhes ter flagelado com o Governo atual. Vão lá dizer a S. Ex.^ª que a doutrina da seleção natural é cômoda para os governos preguiçosos ou incapazes, que não querem ou não sabem procurar remédio para os males sociais, mas impiedosa e funesta para os governados; que essa doutrina é a inspiradora do individualismo, que por sua vez é a negação de todas as necessidades que impellem e de todas as vantagens que seduzem os homens a formar comunidades políticas; que, se a ação do Estado não deve absorver, deve entretanto suscitar e fortalecer a atividade individual; que se o Estado não trabalha e não economiza pelo indivíduo, deve ajudá-lo a trabalhar e economizar; que finalmente a escolha ou seleção natural é muitas vezes contraproducente, porque as eventualidades a que estão sujeitos o comércio, a indústria e a lavoura, colocam, em um dado momento, o forte nas mesmas contingências do fraco. O Ministro continuará entrincheirado nos seus *princípios pseudocientíficos*, frio, indiferente, cruel ante os sofrimentos que estão sacrificando todas as classes, todos os indivíduos, e que são por isso o sofrimento da pátria” (pp. 462-463, itálicos no original).

E, sobre as consequências políticas desse desastre:

“O Dr. Murтинho chama a isto ‘*republicanizar a República*’. Não sabemos bem o alcance deste lema ou desta divisa; o que sabemos

é que nunca a República desceu e desprestigiou-se tanto, nunca conquistou tantas antipatias nem concentrou tantos ódios, como nos três anos do atual Governo. O Dr. Campos Sales deve tê-lo percebido no abandono e no isolamento em que o deixa o povo. O Palácio do Catete é hoje a fiel imagem da ilha de Robinson Crusoe” (pp. 466-467, itálicos no original).

5

Entretanto, há dois aspectos nucleares em torno dos quais a política de Murтинho orbita. O primeiro é a desnacionalização, isto é, a alienação do país. Nas palavras de Vieira Souto:

“... S. Ex.^ª tem demonstrado exuberantemente que prefere sempre os estrangeiros aos brasileiros, para ocuparem os cargos ou realizarem os negócios mais rendosos. O exemplo da entrada do Sr. Pettersen para o Banco da República e o do arrendamento das estradas de ferro do norte a uma companhia inglesa, de preferência a capitalistas nacionais que ofereciam muito maiores vantagens, são bastante convincentes” (p. 468).

O outro aspecto é o ataque à indústria, aspecto que é combinado com o anterior, pois seu objetivo é, exatamente, favorecer a indústria inglesa. Para isso, é essencial que sejamos um país agrícola, sem manufaturas ou com raras manufaturas, importando produtos industriais da Inglaterra, ou, talvez, dos Estados Unidos.

“Desde a sua passagem pelo Ministério da Viação, o Dr. Murтинho fez profissão de fé de franca hostilidade à indústria fabril que é no nosso País uma parasita, não obstante possuímos mais de mil e duzentas fábricas movidas a vapor ou por motores hidráulicos, representando capitais que têm sido computados em quantia superior a 800.000 contos. A mesma opinião expendeu S. Ex.^ª no seu primeiro relatório da Fazenda, em 1899, classificando as indústrias do País como *artificiais*” (p. 470, itálico no original).

Como mostra Vieira Souto, Murтинho considera que somente são **naturais** aquelas indústrias nacionais que estão em pé de igualdade com as indústrias dos países desenvolvidos – isto é, no caso do Brasil daquela época, **nenhuma**.

Mas a questão é que ele não quer que nenhuma indústria nacional se iguale ou possa se igualar às indústrias estrangeiras. Não quer porque o capital estrangeiro, que é o seu padrão ideológico – e não somente ideológico, sobretudo os bancos –, não quer competidores nacionais no Brasil. E Murтинho não tinha pensamento próprio. Ele pensa com a cabeça dos banqueiros de Londres, e, talvez, outras praças, europeias ou norte-americanas.

Daí o seu combate ao protecionismo. Sem proteção, a indústria brasileira estaria à mercê das economias estrangeiras. Mas, segundo Murтинho, somente a indústria nacional que pudesse sobreviver **sem qualquer proteção**, poderia ser considerada **natural**.

Comentando o relatório de Murтинho, escreve Vieira Souto: “De sorte que em um país



novo, como o Brasil, o *critérium* para julgar-se da *naturalidade* de uma indústria é poder esta lutar vantajosamente, em *livre* concorrência, com as similares dos mais adiantados e ricos países do mundo! Uma criança não tem o direito de viver, se não nascer com bastante forças e bastantemente aparelhada para lutar com o indivíduo que atingiu a plena virilidade. O Brasil, o Chile e a Argentina pretendem ser nações independentes? Pois estão em erro. Só deviam ter nascido depois de possuírem couraços e cruzadores capazes de baterem-se com os dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França. Assim para a indústria. O capital, no Brasil, está em via de formação, o juro é alto, o crédito é escasso, os meios de transporte insuficientes e caros etc., mas isso que importa? Se os brasileiros querem ter a veleidade de possuir indústria nacional, comecem por lutar com a Europa e a América do Norte, onde os elementos de produção adquiriram o máximo vigor. E ninguém objete que, sendo a luta impossível com armas tão desiguais, a indústria do país novo não nascerá, ou morrerá no nascedouro, e assim nunca chegará a época de efetuar-se a evolução do Estado exclusivamente agrícola, para o Estado agrícola-industrial, que é aquele que simboliza o apogeu da força, da riqueza e da civilização. O ministro, baseado sempre na teoria da *produção espontânea*, de Spencer, e no progresso gerado pela seleção, responderá que a dualidade econômica é uma *lei natural* e que aos países fortes compete a exploração da indústria fabril, enquanto que os fracos, como o Brasil, devem resignar-se a permanecer *essencialmente agrícolas*.

“Todas as grandes nações iniciaram a sua vida industrial pelo protecionismo, compreendendo que antes de tudo é necessário garantir o mercado interior aos novos produtos nacionais; algumas delas, como a Inglaterra, não hesitaram mesmo em lançar mão para isso de medidas proibitivas” (pp. 470-471, itálicos no original).

Em trabalho posterior (*O câmbio da miséria*), também publicado no *Correio da Manhã*, onde examina a publicação econômica de um jornal favorável a Murтинho e Campos Sales, Vieira Souto faz um balanço do governo: “No período de Governo dos Drs. Campos Sales e Murтинho o povo viu-se constringido a cortar em tudo o que come, em tudo o que veste, em tudo o que usa e necessita para o seu gozo ou seu trabalho. A enorme redução da importação do pinho e do cimento mostram a paralisação da indústria construtora; a do carvão de pedra, alcatrão, breu etc. indicam o marasmo de diversas indústrias manufatureiras” (p. 498).

“... o Dr. Murтинho teimou em obter a alta do câmbio pela

queima do já escasso meio circulante que possuíamos. Os resultados, como prevíamos, aí estão comprovados, pela estatística: sacrifício do valor das exportações e das importações, e por consequência ruína do País.

“Eis por que dizemos que o câmbio, melhorado por meio de tais artifícios é o câmbio da miséria; a alta da taxa é a alta da decadência da Nação” (p. 502).

“O dr. Murтинho não se convenceu quando profetizamos o desastre e combatemos as suas medidas financeiras, quer à luz dos princípios científicos, quer com o auxílio da prática das outras nações que se têm achado submetidas ao regime do papel moeda; não se convencerá agora diante do testemunho indiscutível da nossa estatística, e não se convenceria jamais, ainda que acumulássemos argumentos e provas em cinquenta volumes. Pouco importa. Não nos arrependemos do trabalho feito. Os ministros passam, mas a Nação fica e com ela fica a opinião pública que condena e condenará sempre indignada a política que nos conduziu a este estado de humilhação e aniquilamento geral” (p. 507).

E, no trabalho que encerra seu livro, intitulado, precisamente, *Último apelo*, dirigido ao Congresso:

“Nunca um país civilizado chegou a situação mais crítica do que a que atravessamos. O atual Ministro da Fazenda parece ter tomado a peito mostrar quanto uma nação trabalhadora e rica pode retrogradar e arruinar-se em poucos anos, e não há dúvida que o conseguuiu, talvez mais completamente do que desejava. As falências importantes multiplicam-se cada dia, os desastres sucedem-se sem interrupção, o esmorecimento apossa-se dos ânimos em todas as camadas sociais e em todos os ramos do trabalho. Pode o Congresso por mais tempo assistir impassível ao desmoronamento? A Economia Política estabelece os princípios teóricos, a história econômica fornece os preceitos práticos e os preciosos exemplos de providências que em conjunturas análogas foram tomadas com êxito por outros países. Nestas circunstâncias, que espera o Congresso para resolver? Acreditará acaso que é possível protelar-se a solução do problema?” (p. 512).

O Congresso, submetido à “política dos governadores”, era, infelizmente, apenas uma instância homologatória da ruína financeira e econômica do país, implementada, sob o mando dos Rothschilds, por Campos Sales e Joaquim Murтинho.

6

Este é o nosso último artigo da atual série sobre a República, iniciada com **São Borja e o caráter popular da República: uma introdução** e prosseguida

com **A República e a revolução, A política econômica de Rui Barbosa e Floriano, a defesa da democracia e da independência econômica**.

Além destes, cumpre mencionar mais dois artigos, também publicados na **Hora do Povo: O nascimento da República e os jabutis em cima das árvores e A República e a formação do caráter nacional**.

Sobre a Independência do Brasil, o leitor poderá consultar **Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil**.

Porém, devemos, agora, principalmente nos concentrar na Revolução Republicana – e no trânsito do nosso país, depois da gloriosa derrubada da monarquia, para as décadas de reação e atraso que duraram até 1930.

A República, após Campos Sales, não estava morta, nem reduzida a uma oca fórmula. Eram republicanos os tenentes das revoltas da década de 20, assim como aqueles que fizeram a Revolução de 30. E, forçoso é observar, eram republicanos os marinheiros da Revolta da Chibata.

Entretanto, o retrocesso à política do Império – isto é, à política de submissão aos bancos ingleses – abafou a República, sob forma oligárquica, até a revolução de Getúlio Vargas.

Essa foi a obra de Campos Sales e Joaquim Murтинho.

Apesar do desastre que isso significou, a literatura sobre esse período é, quase toda ela, apologética. As exceções, como Nelson Werneck Sodré, são honrosas. Em geral, Campos Sales e Joaquim Murтинho são apresentados como restauradores das finanças do Brasil, como se destruíram a economia – e, de resto, o país – fosse alguma “restauração” ou “reconstrução”.

Não existe período sobre o qual a historiografia seja tão falsa, falsíssima, quanto este, até porque é difícil encontrar governo mais reacionário, na História do Brasil, que o de Campos Sales.

Isso é reconhecido, embora marginalmente, até por alguns autores que não são infensos à política de Campos Sales e Murтинho:

“Analisando a situação geral da economia e das finanças do Brasil, Joaquim Murтинho não se limitara a criticar a política até então seguida pela República; traçara uma forma de programa de governo, com a lógica formal dos velhos economistas liberais do século XIX. A política republicana, segundo Murтинho, vivera sobre duas ilusões perigosas: a crença nas extraordinárias riquezas do Brasil, e a confiança na capacidade realizadora do papel inconversível, e, que, afinal, se somavam e se confundiam como aspectos diversos do mesmo erro de julgamento sobre a realidade dos fatos. Partindo da primeira ideia, os estadistas republicanos



Joaquim Murтинho (1º sentado da direita para a esquerda) e outros ministros de Campos Sales

tinham julgado possível improvisar a rápida industrialização do Brasil. A elevação das tarifas alfandegárias e as emissões contínuas de notas sem lastro, do Tesouro ou dos bancos, eram naturalmente os instrumentos com que os governos poderiam fomentar o progresso material. Como os brasileiros não tinham a capacidade de iniciativa e os hábitos de trabalho dos norte-americanos – Joaquim Murтинho desprezava, na sua digressão, os elementos da grande indústria existentes nos Estados Unidos, como o ferro e a hulha – frustravam-se fatalmente todas as tentativas de industrialização. As novas indústrias projetadas ficavam no papel, ou serviam apenas para imobilizar parte do capital em circulação, estimular o urbanismo e aumentar as importações, com grave prejuízo para a agricultura, verdadeira fonte de riqueza nacional. O inflacionismo despertava o gosto da especulação e do jogo, e, sobretudo, aviltava as taxas cambiais, pois, para Joaquim Murтинho, como para todos os adeptos da teoria quantitativa do dinheiro, o câmbio prendia-se quase exclusivamente ao maior ou menor volume de papel em circulação. Como consequência lógica da política protecionista e industrializante, surgiam a mania do emprego público e o intervencionismo do Estado, que se convertia em empreendedor de obras e serviços, preparando, assim, o advento da maior praga das sociedades modernas – o socialismo...” (José Maria Bello, **op. cit.**, p. 219).

Na prática, apesar da suposta crença na pujança da agricultura, nem esta escapou da terra arrasada em que, sob Campos Sales, se tornou o país. Como diz, em seguida, o mesmo autor:

“... a política de Murтинho e Campos Sales acabaria arruinando igualmente as precárias atividades industriais e as velhas explorações agrícolas. Multiplicando os impostos, encarecia a vida que prometera baratear; contrariando qualquer surto novo de industrialização, mantinha o País no regime da monocultura agrícola e da economia de exportação. Salvava-se o Tesouro com a maior indigência da coletividade” (José Maria Bello, **op. cit.**, p. 220).

Era inevitável que, com a contratação dos meios de pagamento, ocasionada pela queima de papel moeda, também a agricultura fosse atingida, assim como a indústria, o comércio e o setor bancário nacional.

As manifestações do povo ao fim do governo, quando Campos Sales foi apedrejado ao sair da Presidência, foram uma definição do caráter de sua administração:

“Campos Sales e Joaquim Murтинho poderiam afirmar que haviam realizado o seu programa de governo. Empobrecera-se ainda mais o Brasil; tinham-se arruinado os velhos senhores de engenho do Nordeste, que entregavam a gleba tradicional aos agiotes das cidades; sorte idêntica ameaçava os fazendeiros de café; desfaziavam-se as antigas esperanças de industrialização urbana; exauria-se o contribuinte pela insaciabilidade do fisco. Mas enriquecera-se o Tesouro, e aos banqueiros europeus voltara a confiança nos lucrativos negócios do Brasil. Os Rothschilds eram sinceros no seu caloroso telegrama de aplausos a Campos Sales, ao termo do governo deste...” (idem, p. 227).

Com efeito.